



ATOS DO CONSELHO SUPERIOR

DA SOCIEDADE SALESIANA

SUMÁRIO

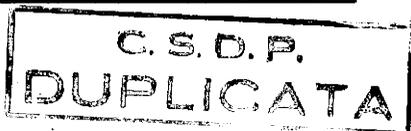
- I. Carta do Reitor-Mor (pág. 1)**

O caminho que juntos percorremos
INDIVIDUALISMO, UM MAL OCULTO
A obediência cordial que Dom Bosco queria
As motivações hodiernas do individualismo
As motivações salesianas para "vivere in unum"
Conclusão: viver em concreto a caridade
- II. Disposições e normas (pág. 21)**

As pensões dos Irmãos
- III. O Capítulo Geral 21 (pág. 26)**
 1. A preparação do Capítulo Geral 21
 2. Os documentos dos Capítulos Inspetoriais
- IV. Comunicações (pág. 28)**
 1. O Encontro sobre Salesianos e marginalização
 2. Um Curso para os que se dedicam à Pastoral Paroquial
 3. A Comissão Consultiva Mundial dos Cooperadores
 4. O oitavo Curso de Formação Permanente
 5. A 107.^a Expedição e outras notícias missionárias
 6. Solidariedade Fraternal
 7. Três livros e um documentário
 8. Economia nos telegramas
- V. Atividades do Conselho Superior e iniciativas de interesse geral (pág. 38)**
- VI. Documentos (pág. 41)**
- VII. Dos Informativos Inspetoriais (não há neste número)**
- VIII. Magistério pontifício (pág. 53)**

Religiosos, quem sois na Igreja?
- IX. Necrológio — Primeiro elenco de 1977 (pág. 56)**

1. CARTA DO REITOR-MOR



Roma, abril de 1977.

Caríssimos Irmãos,

recebereis esta carta quando mais intenso se faz o trabalho de preparação do Capítulo Geral 21. Ela me proporciona a oportunidade de apresentar-vos — mais que um documento doutrinal — um convite fraterno e uma proposta de reflexão, que submeto à vossa consideração também como preparação ao já próximo Capítulo Geral.

O caminho que juntos percorremos

Nas cartas que periodicamente vos enviei nos anos que se seguiram ao Capítulo Geral Especial, entretive-me convosco sobre diversos assuntos. Sugeridos uns por ocorrências gratas à Congregação, como na carta escrita para o centenário da aprovação das nossas Constituições⁽¹⁾, ou por ocasião do centenário das missões salesianas⁽²⁾.

Sugeridos outros pelos problemas que parecia surgirem nesta delicada fase de renovação da nossa Congregação. Comecei por convidar-vos a um relançamento missionário da Congregação, a ressuscitar a chama de caridade e doação que ardia no coração de Dom Bosco⁽³⁾. Relançamento impossível, porém, — disso tenho plena consciência — se o salesiano não souber haurir abundantemente essa chama nas fontes da caridade que só em Deus se encontra. Por isso à primeira carta seguiram-se outras para versar o tema da oração, considerada um problema vital da Congregação⁽⁴⁾.

(1) *Atos do Conselho Superior n.º 274* (abril-junho de 1974).

(2) *ACS n.º 277* (janeiro-março de 1975).

(3) *ACS n.º 267* (julho de 1972).

(4) *ACS n.º 269* (janeiro-março de 1973) e n.º 270 (abril-junho de 1973).

Outras vieram depois para reflexão e estímulo sobre um ponto ou outro da renovação que se estava realizando. No momento delicado da mudança de estruturas pareceu-me importante dar algumas claras orientações sobre “descentralização e unidade” (5). Num momento de profunda e alarmante crise vocacional pareceu-me necessário tratar o problema vital das vocações (6). Num clima de secularismo e terrenismo, e de eclipse dos valores religiosos, senti-me obrigado a alertar a todos quanto à exigência imprescindível da direção espiritual (7), de uma guerra total contra o “burguesismo” (8), de viver consciente e alegremente nossa castidade, de salesianos consagrados pelo Reino (9), e pela obra urgente da evangelização dos jovens (10).

E num mundo ainda em que a política ameaça envolver totalmente a vida do homem, afigurou-se-me oportuno apontar com precisão o âmbito da responsabilidade política do salesiano (11). Por fim, numa situação que, sob certos aspectos é difícil e frustradora, sob outros rica de maravilhosas promessas, julguei de bom aviso fazer uma exortação à confiança e ao otimismo, virtudes profundamente cristãs e salesianas (12).

O Capítulo: oportunidade para uma verificação

A simples leitura dos títulos dos argumentos tratados, dá-nos um quadro bastante significativo de importantes problemas que a Congregação houve de enfrentar nestes anos, e apresenta-nos o diagrama do caminho que deveu percorrer para renovar-se no espírito e na ação. Caminho fatigante, por vezes doloroso, mas também fecundo em purificação interior, novo entusiasmo, novas e promissoras iniciativas.

(5) ACS n.º 272 (outubro-dezembro de 1973).

(6) ACS n.º 273 (janeiro-março de 1974).

(7) ACS n.º 281 (janeiro-março de 1976).

(8) ACS n.º 276 (outubro-dezembro de 1974).

(9) ACS n.º 285 (janeiro-março de 1977).

(10) ACS n.º 279 (julho-setembro de 1975).

(11) ACS n.º 284 (outubro-dezembro de 1976).

(12) ACS n.º 278 (abril-junho de 1975).

O próximo Capítulo Geral será ocasião altamente oportuna — proporcionada a toda a Congregação — para uma tranqüila e séria análise de quanto se fez e de quanto resta a fazer; de quanto se construiu e de quanto, talvez, na ânsia de renovar, apressadamente se destruiu sem pensar em adequada substituição; de quanto do último Capítulo Geral Especial se interpretou retamente, e de quanto foi mais ou menos conscientemente distorcido ou instrumentalizado para atingir objetivos estranhos à mente do Capítulo.

Com a finalidade de oferecer novos subsídios para reflexão e análise, desejo agora entreter-me convosco sobre um ponto que considero de extrema importância para a vida e a ação da Congregação. É o escolho em que ameaçam naufragar os mais generosos esforços da renovação, um mal oculto que pode minar a saúde da Congregação. Falo do individualismo.

INDIVIDUALISMO, UM MAL OCULTO

Não diria que, absolutamente falando, o individualismo seja um mal que somente agora aflora à ribalta da consciência da Congregação. Já Dom Bosco advertia claramente o perigo, ainda que deliberadamente quisesse enfrentá-lo a fim de legar à Congregação a tradição de uma obediência não rígida e impessoal, mas extremamente personalizada e cordialmente familiar. Como convinha a membros que se sentiam ligados uns aos outros, mais que por vínculos jurídicos, por laços de profunda comunhão fraterna.

A obediência cordial que Dom Bosco queria

Relendo os documentos dessa tradição vê-se que Dom Bosco quis realmente uma Congregação em que cada um estivesse “disposto a fazer grandes sacrifícios... não de saúde, dinheiro, macerações e penitências, abstinências extraordinárias na alimentação, mas de vontade”⁽¹³⁾.

(13) *Fala de Dom Bosco aos seus primeiros colaboradores*, a 20.1.1862, em *Memorie Biografiche*, 7, 27.

Dom Bosco quis uma Congregação em que ninguém diga: “Eu quereria este ou aquele encargo”, mas “esteja pronto a fazer qualquer trabalho que lhe seja confiado” (14).

Dom Bosco quis gente totalmente disponível, e também disposta a fazer de tudo quando necessário (e essa será uma das características dos seus melhores filhos). Quis gente, para usar outra expressão sua, que “se deixe cortar a cabeça”, isto é, que saiba obedecer “sem reserva alguma, prontamente, com ânimo alegre e com humildade” (15). Que saiba não só obedecer às ordens expressas, mas também preveni-las. É a obediência do “eu vou”, contraposta à que o P. Caviglia considera a blasfêmia salesiana, a obediência do “isso não é comigo” (16).

De maneira alguma podemos esconder que obediência cordial, espontânea e generosa, somente é possível quando as relações entre quem manda e quem obedece não forem puramente burocráticas e formais, mas de fato cordiais e fraternas. Por isso Dom Bosco insiste em que se procure conservar a necessária dependência um do outro, “espontaneamente, e não *coacte*” (17). E para alcançá-lo, exorta a “secundar o mais possível a inclinação (de cada um) no que diz respeito às ocupações” (18).

Dom Bosco quer que “cada um se ocupe e trabalhe até onde a saúde e a capacidade o permita” (19). Não pretende “que um seja obrigado a pôr às costas pesos que não possa carregar”, mas pede que, em caso de necessidade “esteja disposto a fazer o que pode quando lhe fosse mandado” (20).

O superior segundo Dom Bosco

No quadro dessas recomendações é forçoso descobrir a figura paterna de Dom Bosco, que, melhor que qualquer

(14) *Fala de 11.3.1869*, após a aprovação da Congregação pela Santa Sé, em *Memorie Biografiche*, 9, 573.

(15) *Constituições Salesianas 1966*, art. 44.

(16) Cf. *Conferenze sullo spirito salesiano* (1953, datilografadas) pág. 62.

(17) *Memorie Biografiche*, 12, 574.

(18) *Ib.*, 10, 637.

(19) *Ib.*, 9, 574.

(20) *Ib.*, 9, 575.

estudo genial, nos descreve o que deveria ser o superior salesiano entre os seus irmãos. Não, por certo, um funcionário frio e impessoal, que impõe aos outros pesos que não toca com um dedo sequer; e nem mesmo um “manager” de empresa preocupado tão-somente com a eficiência e a produtividade; mas uma pessoa de todo consagrada ao bem dos irmãos, um “pai amorosíssimo”⁽²¹⁾ que “se empenha em prover” não só o que lhe pode ser necessário, senão também útil⁽²²⁾. A “suma confiança” de que falamos, não é uma promissória que o superior possa cobrar como bem lhe aprouver, mas algo que conquistou “procurando fazer-se amar antes que fazer-se temer”⁽²⁴⁾.

Que fosse esse o estilo das relações que Dom Bosco desejava existissem entre súditos e superiores, confirma-o o próprio P. Caviglia, testemunha estudiosa e autorizada da tradição espiritual salesiana. “Dom Bosco — afirma — concebeu, sim, uma Congregação religiosa com os três votos simples; mas a quis composta e, digamos, construída de homens vivos e pensantes, capazes de movimento espontâneo. O trabalho realizado e a realizar-se pela sua instituição é tal em quantidade e índole, que não se pode conceber sem livre movimento individual, e é inconciliável com uma forma de vida que, meritória diante de Deus em outras condições, tornar-se-ia nesta sujeição e estorvo à ação”⁽²⁵⁾.

O P. Caviglia conclui sua explanação com uma afirmação verdadeiramente notável: “Posso afirmar com convicção que Dom Bosco, exigindo embora uma disciplina amorosa de cristão e religioso, respeitou — em alto grau — a vontade dos seus e as suas idéias, deixando, diria, muito e muito ar em torno de cada pessoa”⁽²⁶⁾.

(21) *Constituições Salesianas 1966*, art. 44.

(22) *Cf. Ib.*, art. 46.

(23) *Ib.*, art. 47.

(24) *Conselhos de Dom Bosco ao P. Rua primeiro diretor*, em *Memorie Biografiche*, 7, 525.

(25) A. CAVIGLIA, *Dom Bosco* 25.

(26) *Ib.*, 169.

Obediência por motivo sobrenatural

O risco de tal tipo de exercício da autoridade — tão humano, tão respeitoso da pessoa — é que a obediência venha a carecer de motivação sobrenatural. O próprio Dom Bosco, falando aos diretores após a aprovação definitiva das Constituições (25 de setembro de 1875), reconhece que “até agora a obediência foi antes pessoal que religiosa”. Por isso exorta-os a evitar “este grave inconveniente. Não se obedeça nunca porque é fulano que manda, mas por motivos de ordem superior: por ser Deus quem manda: embora o faça por meio de quem quiser. Começemos — diz aos diretores — a praticar nós mesmos esta virtude religiosa, e depois bem devagar procuremos inculcá-la a todos; enquanto não chegarmos a este ponto, bem pouco havemos de conseguir. Não se façam as coisas porque apraz fazê-las, ou porque agrada à pessoa que manda, ou pelo modo com que são mandadas. Repita-se este princípio nas conferências, nas pregações, nas confissões, e em todo o lugar possível” (27).

Certo, a dimensão transcendente da obediência religiosa, que nos torna participantes da obediência de Cristo ao Pai (28), devia-se absolutamente salvaguardar: sob pena de dissolver-se a vida religiosa enquanto tal. Mas talvez alguns superiores daquele tempo julgassem mais cômodo insistir sobre esse princípio que imitar a bondade paterna e a caridade de Dom Bosco; alguns preferissem empregar “o sistema, menos pesado e mais expedito para quem manda, de ditar leis”, dar ordens, ao de amadurecer as pessoas numa obediência verdadeiramente adulta e responsável. E Dom Bosco, na famosa carta de 1884 escrita de Roma, lamentou que se fosse pouco e pouco substituindo “à caridade, a frieza de um regulamento” (29).

É a queixa de um homem temeroso de que sua obra fosse desvirtuada. Receia ver mais e mais se esboçarem nela os traços da sociedade organizada em que se dá mais importância à eficiência que às pessoas e se corre o risco do legalismo e do formalismo. Ou desaparecerem os lineamentos

(27) *Memorie Biografiche*, 11, 356.

(28) Cf. *Lumen Gentium*, n.º 42a, *Perfectae Caritatis*, n.º 14a.

(29) *Memorie Biografiche*, 17, 133.

da família, da comunhão fraterna em que não é a fria norma mas sim “o afeto que serve de regra”⁽³⁰⁾.

Um delicado equilíbrio

Realista como é, Dom Bosco não esconde as dificuldades e os riscos desse delicado equilíbrio entre divino e humano, entre as exigências da pessoa e as de uma vida profundamente comunitária. Basta que se saliente unilateralmente um ou outro aspecto para cair em desequilíbrios perigosos: ou num espiritualismo desencarnado, que vai dar num autoritarismo que sistematicamente sacrifica as pessoas concretas a princípios abstratos: ou ainda num humanismo exclusivamente humano que desemboca no individualismo.

E quando viessem a faltar ao mesmo tempo a dimensão transcendente da obediência e a comunhão fraterna com o profundo sentido de pertença e solidariedade que ela supõe, então a Congregação entraria em decomposição.

A “*Pia Salesianorum Societas qualis esse periclitatur*” do sonho de San Benigno⁽³¹⁾, sobre cujo manto em lugar do diamante da obediência “havia nada menos que um enorme rasgo” deveria fazer refletir os filhos de Dom Bosco de todas as gerações.

As motivações hodiernas do individualismo

Que no passado os riscos de uma obediência mal compreendida se tenham evitado, confirma-o indiretamente o P. Caviglia ao afirmar que Dom Bosco “imprimiu à Congregação tal espírito de liberdade na ordem, e lhe deixou tal tradição de adaptabilidade e presteza, e tal espírito de iniciativa e trabalho, que se não sobrevier corrupção de homens e esquecimento do Fundador, haveria de manter-se viva e vital — não obstante as tempestades desencadeadas pelos tempos”⁽³²⁾.

(30) *Ib.*

(31) Sonho de 10.9.1881, em *Memorie Biografiche*, 15, 183-187.

(32) A. CAVIGLIA, *Dom Bosco*, 41.

De todo o coração faço meus os votos do P. Caviglia, que correspondem não somente a um meu desejo mas outrossim a uma profunda convicção. Porém não posso ignorar as condições necessárias para que isso tudo se realize. O que me obriga a constante verificação e sério exame de consciência.

Do posto de observação em que a Providência me colocou, se nem sempre (por força das coisas) se podem colher os detalhes, podem-se todavia notar melhor do que quem está somente em contacto com uma realidade necessariamente limitada, certas orientações de fundo que a Congregação de fato assume. Sejam elas construtivas ou desnor-teantes. Com relação ao problema que focalizamos, devo afirmar que existe na Congregação o mal e o perigo do individualismo, ainda que sua fenomenologia, difusão e gravidade, se apresentem diversamente conforme os lugares em que se manifesta. (Caberá ao Capítulo Geral fazer uma séria verificação do grau de gravidade do rasgo, e indicar adequada terapia).

Se o mal — como dizíamos — não é de todo novo, novas entretanto são as motivações com que se pretende justificar, apelando até para os documentos do Concílio ou do Capítulo Geral Especial. Não podemos deixar de salientar que essa tentativa de justificação (justificação parcialmente, unilateralmente verdadeira, e por isso substancialmente falsa) torna o mal ainda mais perigoso, porque não advertido, não reconhecido como tal.

Quando a pessoa se torna um absoluto

As motivações de fundo sobre as quais se apóia hoje o individualismo, consistem muitas vezes numa superexaltação da pessoa, que se torna um absoluto auto-suficiente, independente, ininvestigável, à qual tudo o mais se deve submeter. Numa defesa quase patológica não da liberdade autêntica, mas de uma liberdade fim de si mesma, sem conteúdo, e muitas vezes sem perspectivas realistas.

Essa mentalidade, largamente difundida na sociedade de hoje, vai penetrando insensivelmente sob os mais especiosos pretextos, e se revela nos mais vários aspectos da nossa vida.

Individualismo e apostolado

Vemo-la refletida no campo do nosso apostolado, onde em nome do respeito da consciência de cada um não se ousa mais anunciar o Evangelho na sua integridade, limitando-se apenas a sublinhar os passos que não contrastam excessivamente a opinião corrente.

Revela-se no medo de convidar os fiéis a aproximarem-se dos sacramentos, sobretudo do sacramento da reconciliação; no receio de propor aos jovens, mesmo no contexto da vocação cristã comum, também a vocação religiosa e sacerdotal, ilustrando-lhe a beleza e o valor.

E não se compreende que, assim fazendo, violentamos a liberdade que entendemos defender. Com efeito, a escolha do homem será perfeitamente livre e responsável somente quando de todo consciente; mas não poderá ser tal enquanto, com omissões culposas, apresentarmos aos nossos irmãos uma verdade distorcida, porque lacunosa e parcial.

Individualismo e formação

A mentalidade individualista projeta-se também no campo da formação, onde, partindo do fato que as Constituições convidam cada um “ a assumir progressivamente a responsabilidade da própria formação”⁽³³⁾, vai-se a ponto de afirmar a absoluta auto-suficiência do indivíduo em campo formativo, uma vez que cada um “sabe o que lhe convém, o de que necessita para seu amadurecimento”.

Individualismo e vocação

Tal mentalidade reflete-se ainda no próprio conceito de “vocação pessoal”, que é exasperado em sentido individualista ao ponto de julgá-la como a realização dum projeto de vida exclusivamente próprio, mesmo à margem da vocação e missão da Congregação, realizado a todo o transe, até em aberto contraste com a vontade e as diretrizes dos responsáveis pela mesma.

(33) *Constituições Salesianas*, art. 105.

Tudo isso é justificado apelando para a própria consciência, tida no caso como árbitro único, infalível e inapelável. Como se um profundo discernimento estivesse ao alcance de todos, e as ciências modernas do homem não nos advertissem suficientemente quão fácil é a ilusão e o engano. Como se para o discernimento da vontade de Deus e mesmo dos seus carismas, pudesse o indivíduo dispensar a comunidade e o superior⁽³⁴⁾. Como se os dons que Deus dá a cada um não fossem “para a utilidade comum”⁽³⁵⁾, mas estivessem em função da promoção pessoal. Como se enfim a vocação de um membro do Corpo de Cristo pudesse realizar-se prescindindo da vocação comum, e realizar-se isoladamente, isto é, independentemente da comunhão com os demais membros.

Individualismo e autoridade

Mentalidade tão individualista é fatal que se choque frontalmente contra todo tipo de autoridade que lhe lembre, ou apenas reconheça, as exigências do bem comum e da comunhão fraterna.

Em geral, quem é por ela atingido tem profunda alergia a qualquer intervenção ainda que legítima da autoridade, e a denuncia como indevido autoritarismo.

Revela-se com ênfase que “a autoridade é serviço”, sem se preocupar excessivamente com determinar de que serviço se trata. Esquece-se com muita facilidade que no seio da Igreja estamos todos a serviço uns dos outros, e que o serviço da autoridade não é propriamente o de fazer-se mera executora da vontade dos irmãos, mas o de “servir neles ao plano de amor do Pai”⁽³⁶⁾. “Plano de amor”, que evidentemente pode também revelar-se mediante o parecer, o desejo, a vontade dos irmãos, sob condição, porém, de que sejam dóceis ao Espírito e estejam unidos em íntima comunhão.

Com efeito, devemos ter clara consciência de que nem toda reunião de irmãos, pelo só fato de se acharem juntos, é capaz de discernimento espiritual. Se não são dóceis ao

(34) *Ib.*, art. 95 e 97.

(35) *1 Cor* 12, 7.

(36) *Evangelica Testificatio*, n.º 25.

Espírito, se não estão unidos pelo vínculo da caridade, a assembléa não é mais o lugar do discernimento da vontade de Deus, mas o lugar da contradição, da luta estéril, da prepotência.

Em tal situação não se quer absolutamente que a autoridade decida algo, mas que se limite a avaliar o que a maioria decidiu. Prontos, porém, a apelar para o juízo incriticável da consciência individual, caso o parecer da maioria não coincida exatamente com o próprio ponto de vista.

A atitude liberatória com relação à autoridade local estende-se outrossim à autoridade central da Congregação; chega até a contestar, sempre em nome da consciência e responsabilidade pessoal, a doutrina, as normas, as orientações da autoridade eclesiástica.

Individualismo e Regra

A partir dessa atitude fundamental, alérgica a qualquer vontade ou idéa que não coincida com a própria, pensemos que reconhecimento ou observância poderá exigir a Regra, ou qualquer norma. Quando muito não se lhe contesta a existência; antes apela-se de bom grado para ela, quando a sua observância redunde em vantagem própria. O que se lhe contesta é o valor obrigatório.

Afirma-se que o novo espaço conquistado pela pessoa defronte das instituições que a pretendem condicionar, comporta necessariamente um afrouxamento na observância de qualquer norma. As regras não passam de “exemplos”, “indicações”, que cada irmão e comunidade assume ou não conforme convêm ou não às suas circunstâncias. E a avaliação das circunstâncias é de hábito cometida incriticavelmente à “consciência” de cada qual...

Individualismo e pertença à Congregação

É evidente que semelhante atitude não só paralisa a ação da Congregação, mas lhe desagrega outrossim o organismo.

A começar pelo próprio indivíduo que de alguma maneira se deixar contagiar por ela. Com efeito é inevitável que tal atitude, sob o signo do espontaneísmo e da arbitrariedade, desemboque, mais hoje, mais amanhã, numa crise progressiva do sentido de pertença à Congregação e numa conseqüente crise da própria identidade vocacional, religiosa e sacerdotal.

Na lógica íntima dessa atitude individualista está a auto-marginalização progressiva, de mente e coração, de uma comunidade da qual não se partilham mais integralmente os valores, da qual não mais se observam as normas e não se reconhecem os responsáveis, de cuja vida cada vez menos se participa.

Tudo isso pode no começo permanecer oculto não somente aos outros, mas também aos olhos do próprio indivíduo, pelo fato de ainda subsistir nele algum liame afetivo com valores e pessoas do seu passado. Ou então, ainda que dê conta de não se poder identificar com a Congregação do presente, pode alguma vez chegar a identificar-se com uma imaginária congregação do futuro, que melhor se adapte aos próprios gostos e esquemas mentais. Todavia a progressiva assimilação de um estilo de vida, de atividades mais e mais estranhas ao nosso carisma, mais e mais divergentes da linha e do estilo da Congregação, só poderá derribar este último álibi, e desvelar a realidade em toda a sua verdade: a crise de fato da vocação salesiana.

Queria se tomasse em séria consideração o fato que o itinerário, assim como procuramos descrevê-lo, já foi lamentavelmente percorrido de ponta a ponta por irmãos nossos, alguns dos quais nos deixaram, e outros — se ainda vivem na Congregação — não vivem como irmãos mas como hóspedes, como estranhos diria.

Desejaria ainda tomássemos consciência de que as atitudes descritas, embora diversas, agrupam-se por íntima lógica. Lógica que somente se pode romper se, com a luz e a graça de Deus, atentarmos em tempo para as conseqüências extremas, no plano individual e comunitário, a que pode levar essa atitude que nos desnorteia o espírito.

As motivações salesianas para “vivere in unum”

O problema do individualismo, como hoje se apresenta, é tão vasto, intrincado e complexo, que uma resposta mesmo só em parte adequada exigiria uma longa dissertação, que exorbita dos limites desta carta. Por isso, após haver brevemente circunscrito o mal na sua atual fenomenologia, limitar-me-ei a oferecer-vos apenas alguns pontos de reflexão. Dados que sirvam não para encerrar, mas abrir a discussão desse tema dentro da Congregação, para fazê-la superar um grave obstáculo que ameaça seriamente paralizar-lhe a ação e minar-lhe a vitalidade.

Não somos mais pessoas isoladas

Após a aprovação definitiva da Congregação pela Santa Sé (37), Dom Bosco fez, a 11 de março de 1869, uma notável conferência aos Irmãos. A moldura ambiental é modesta, o tom é familiar, mas Dom Bosco está plenamente consciente do que vai dizer. Afirma, com efeito: “Esta noite vou dizer-vos poucas coisas, que entretanto se devem conservar, porque são a base da nossa Sociedade. Cabe a nós fundar os princípios em bases firmes, a fim de que os que vierem depois não tenham senão que seguir-nos”.

Depois de mostrar como até então, “não havendo ainda aprovação da Igreja, a Sociedade estava um tanto no ar...; e portanto não se podendo estabelecer nada com certeza, era inevitável algum relaxamento”, Dom Bosco imediatamente acrescenta: “Meus caros, neste momento a coisa não é mais assim. A nossa Congregação está aprovada: estamos ligados uns aos outros. Eu estou ligado a vós, vós estais ligados a mim, e todos juntos estamos ligados a Deus. A Igreja falou, Deus aceitou os nossos serviços, nós estamos obrigados a observar as nossas promessas. Não somos mais pessoas isoladas, mas formamos uma Sociedade, um corpo visível”(38).

O princípio básico sobre o qual Dom Bosco funda a sua comunidade é o valor da vida fraterna no seio da Igreja:

(37) Decreto de 1.3.1869.

(38) *Memorie Biografiche*, 9, 572.

“O quam bonum et iucundum habitare fratres in unum!”⁽³⁹⁾, da qual brota na vida religiosa a exigência de “vivere in unum”. Toda a continuação da palestra de Dom Bosco não é senão a explicitação e a articulação desse princípio fundamental: “Habitare in unum locum... in unum agendi finem... in unum spiritum”.

O princípio do “habitare in unum”

Para Dom Bosco “habitare in unum locum... in unum agendi finem” é viver e agir como corpo, isto é, intimamente ligados uns aos outros, e todos juntos ligados a Deus pelo vínculo da obediência. E o “habitare in unum spiritum” especifica qual deva ser a natureza profunda de tal vínculo: a caridade divina, difundida nos nossos corações pelo Espírito⁽⁴⁰⁾.

Já um século é passado que Dom Bosco pronunciou essas palavras. Entretanto, ainda que o nosso quadro cultural seja profundamente diverso, acredito que nada perderam da sua substancial validade. Antes diria que, relidas na perspectiva que da Igreja nos oferece o Concílio Vaticano II, são mais atuais hoje que nos tempos de Dom Bosco. O Concílio, que nos apresentou a Igreja mais como “mistério de comunhão” que como “sociedade perfeita”, ajuda-nos também a compreender melhor em que profundo sentido “estamos vinculados uns aos outros... e, todos juntos, a Deus”.

Feitos à imagem de Deus, estamos destinados em Cristo e pelo Espírito à participação da mesma comunhão divina. Em virtude da cruz e do sangue de Cristo, que rompeu as barreiras que nos separavam de Deus e estabeleciam a divisão entre nós, é-nos oferecida já nesta terra a possibilidade de edificar-nos como seu Povo e seu Corpo, como “comunhão fraterna” e “família dos filhos de Deus”.

O vínculo de fraternidade que nos une uns aos outros no Senhor Jesus, ainda que não nasça “da carne nem do sangue”, não deixa por isso de ser real. A nossa, pois, não é uma fraternidade fictícia, convencional, nem muito menos ilusó-

(39) *Salmo 132, 1.*

(40) *Memorie Biografiche, 9, 573-578.*

ria, mas tem um fundamento objetivo na nossa realíssima, ainda que misteriosa, participação em Cristo na vida do Unigênito Filho do Pai: nele bem podemos dizer que somos “nascidos de Deus”.

Nossa vocação à vida religiosa no seio da Igreja, não é senão a vocação a viver de modo particularmente intenso e significativo a fraternidade, inaugurada no Batismo e expressa e alimentada pela Eucaristia. Se bem observarmos os diversos elementos da nossa vida religiosa, vemos que não têm outro escopo. A renúncia a formarmos como indivíduos uma família nossa, a comunhão dos bens, o vínculo mais profundo com o qual nos unimos à nossa comunidade, a observância da mesma regra, o viver sob o mesmo teto, o trabalhar juntos, são elementos que visam unicamente a fazer de todos nós — reunidos pelo Senhor no seu nome — um só coração e uma só alma, uma comunhão de vida e de amor.

Um carisma e uma vocação comum

Para que pudéssemos viver de maneira todo particular a realidade da fraternidade cristã no seio da Igreja, e para a missão específica que nela nos queria confiar, deu-nos o Espírito um carisma e uma vocação comum.

Comum, todavia, não significa aqui *uniforme, impessoal*. Pois a vocação salesiana de todos se retrata na vocação pessoal de cada um, em vista da tarefa que cada um tem que desempenhar no âmbito da missão comum.

Afirmam as Constituições que todo aquele que é “chamado por Deus a fazer parte da Sociedade Salesiana”, justamente por isso “recebe dele dons pessoais” (41). A Congregação por sua vez o reconhece “em sua vocação, e o ajuda a realizá-la” (42), oferecendo-lhe “a possibilidade de desenvolver seus dotes de natureza e graça” (43), e de preparar-se de modo adequado à missão que Deus quer confiar (44).

(41) *Constituições Salesianas*, art. 4.

(42) *Ib.*, art. 4

(43) *Ib.*, art. 52.

(44) *Ib.*, art. 99.

Admitindo embora uma autêntica “vocação pessoal” no âmbito da comum vocação salesiana, não devemos entretanto equivocarnos quanto ao termo. De tudo o que antes dissemos deveria ficar bem claro que não se trata de vocação personalista nem individualista, mas a realizar-se em íntima comunhão com a dos demais irmãos.

E antes de mais nada deve realizar-se “em comunhão” o próprio discernimento da vocação pessoal de cada um. Tal discernimento não é obra apenas do interessado, mas de toda a comunidade à qual deseja pertencer: ela é que o acolhe ⁽⁴⁵⁾, “o reconhece em sua vocação” ⁽⁴⁶⁾, que é a “responsável de seu discernimento e reto exercício dos carismas e capacidades de cada um” ⁽⁴⁷⁾; ela, a quem “em primeiro lugar é confiada a missão” ⁽⁴⁸⁾, é que manda, programa, verifica, como “o quotidiano intérprete da vontade de Deus” ⁽⁴⁹⁾.

Penso que não é difícil compreender como, por trás desses artigos das nossas Constituições, não está uma ideologia peregrina qualquer, mas a própria realidade da Igreja, de cuja vida íntima a Congregação é expressão visível e participação.

Unidos uns aos outros, e todos juntos, a Deus

O momento da profissão, no qual “o Salesiano se dá totalmente a Cristo e aos irmãos”, e no qual a comunidade dos irmãos “o acolhe com alegria” ⁽⁵⁰⁾, visto na nossa perspectiva, é bem assim o momento em que culmina o progressivo discernimento do vínculo de fraternidade, que em nome de Deus nos liga uns aos outros; e é, em última análise, justamente nesse mútuo reconhecimento que se apóia o compromisso recíproco.

A partir daquele instante, em virtude do mútuo reconhecimento do vínculo de fraternidade, a profissão religiosa supõe que, como diz Dom Bosco, estejamos “vinculados uns

(45) *Ib.*, art. 52.

(46) *Ib.*, art. 4.

(47) *Ib.*, art. 97.

(48) *Ib.*, art. 34.

(49) *Ib.*, art. 91.

(50) *Ib.*, art. 73.

aos outros. Eu — acrescenta — estou ligado a vós, vós a mim, e todos juntos, a Deus” (51).

Comunhão profunda no Espírito, a comunidade religiosa deve viver e operar de maneira conforme à sua realidade profunda, isto é “em comunhão”.

a) *O superior em comunhão com os irmãos*

Antes de tudo está ligado aos seus irmãos quem exerce o serviço da autoridade: deve viver e agir em comunhão com eles. A autoridade que exerce em nome da Igreja (52), e de Deus que ele representa (53), não lhe é dada para dominar os irmãos nem para moldá-los a bel prazer; mas não lhe é dada somente para ser a caixa de ressonância de seus pareceres ou simples executor dos seus desejos e vontades.

A sua é uma autoridade pobre em si mesma, que deve deixar transparecer a Autoridade superior da qual é apenas simples instrumento. Porquanto o poder que certamente ele tem, lhe é dado por Deus não para sujeitar os irmãos, e tampouco — para falar com propriedade — para servi-los, mas “para servir neles o seu plano de Amor” (54); lhe é dado para uni-los entre si, não de qualquer maneira, mas no seu serviço (55). Por isso deve buscar juntamente com eles “a vontade do Senhor mediante fraterno e paciente diálogo” (56).

E no cumprimento dessa vontade, deve “coordenar os esforços de todos, tendo em conta os direitos, deveres e capacidades de cada um”, procurando conservar a comunidade “na unidade da comunhão” (57).

b) *Os irmãos em comunhão com o superior*

Se de um lado o superior está intimamente ligado aos irmãos, de outro também eles devem viver e agir em íntima

(51) *Memorie Biografiche*, 9, 672.

(52) *Lumen Gentium*, n.º 45 a, e *Atos do CGE*, n.º 644.

(53) *Perfectae Caritatis*, n.º 14 a, c.

(54) *Evangelica Testificatio*, n.º 25.

(55) Cf. *Constituições Salesianas*, art. 54.

(56) *Ib.*, art. 94.

(57) *Ib.*, art. 54.

união com ele, pois o superior entre irmãos “representa Cristo que une os seus no serviço do Pai”⁽⁵⁸⁾.

Por isso ele se situa no centro da comunidade, aonde confluem as vontades dos indivíduos, para, juntos, responderem ao chamado do Senhor, numa linha visível de convergência determinada pela Regra.

O superior deve ser no seio da comunidade o liame visível da comunhão fraterna, o eixo da busca comunitária da vontade de Deus, o guia da fidelidade ao Espírito.

c) *Todos juntos ligados a Deus*

Todos juntos enfim, superiores e irmãos, estão ligados a Deus. Querendo penetrar a substância das coisas, não há nas comunidades quem manda e quem obedece, mas todos obedecem “com encargos diversos”⁽⁵⁹⁾; isto é, todos obedecem a uma vontade que os transcende, e que lhes confiou uma missão a realizar em comunhão. De fato, o mistério de obediência de Cristo ao Pai se refrange e realiza em cada um, não isoladamente tomado, mas em íntima comunhão com os outros irmãos.

Pobreza e valor da Regra

O vínculo de caridade, pelas relações e compromissos que supõe, de vínculo interior tende pela própria natureza a tornar-se visível e social. E expressão do compromisso que solenemente assumimos com a profissão religiosa é a Regra. O “Proêmio” das nossas Constituições define-a com felicidade um “caminho que conduz ao Amor”.

Salientando o caráter de mediação da Regra, a definição faz-nos ao mesmo tempo compreender-lhe a pobreza e o valor.

* Antes de tudo é apenas “*um caminho*” ao Amor, não o Amor. O Amor, se não é nunca contra a lei, supera-a todavia

(58) *Ib.* art. 54.

(59) *Ib.*, art. 94.

infinitamente, e chega até onde lei alguma pode mandar, à mais plena liberdade de espírito, ao reino do puro Amor. Se não for o Amor o motivo que fundamenta a observância da Regra, o espírito que a interpreta, o fim a que tende, uma observância ainda que exatíssima da mesma “nada é . . . , nada aproveita” (60).

No fundo a Regra não é senão a codificação da experiência espiritual do nosso fundador, uma norma de vida que pode hoje atear em nós a mesma chama de caridade para com Deus e para com os jovens que animou a Dom Bosco. É o patrimônio mais precioso que possui a nossa Congregação: não uma *letra* que envelhece e mofa, mas um *espírito* que transmite a vida e que só vitalmente se pode comunicar de geração em geração.

* Todavia a característica de ser “caminho que conduz ao Amor”, ao invés de diminuir a importância da Regra, faz-nos descobrir-lhe o *verdadeiro valor*. Se nela se contém e define a nossa identidade vocacional, e estão codificados os compromissos recíprocos assumidos no dia da profissão, a Regra torna-se para todos e para cada um expressão da vontade de Deus, que nos chama a viver e a trabalhar para sermos “em estilo salesiano sinais e portadores” (61) do seu amor aos jovens.

Justamente porque a Regra contém tais valores de comunhão com Deus e os irmãos, é fatal fiquem eles comprometidos toda a vez que não se lhes garante a fiel observância. Certo, nem toda inobservância compromete-os em igual medida; é inegável que entre os valores que a Regra defende e promove existe uma hierarquia. Mas é verdade também que toda inobservância “arbitrária” mesmo mínima, qualquer mínima interpretação “arbitrária”, é afrouxamento do vínculo que nos une a Deus. De fato, é o próprio Deus que quer que cumpramos nossa missão “em comunhão fraterna”, e a linha visível de convergência da comunhão é a observância fiel e convicta da Regra.

(60) Cf. 1 Cor 13.

(61) *Constituições Salesianas*, art. 2.

Conclusão: viver em concreto a caridade

É hora de concluir nossa reflexão sobre o vírus mortal do individualismo, reflexão que de estudo alentamos com copiosos argumentos “salesianos”.

Vale ainda lembrar Dom Bosco, profundo conhecedor da alma humana, rico de excepcional experiência, consciente dos valores essenciais e insubstituíveis necessários aos seus filhos para uma vida e atividade correspondentes à vocação salesiana, não deixou de insistir na necessidade da união dos espíritos mediante o repúdio à vontade individualista de cada um.

Mas ao mesmo tempo não se cansou de repetir que “para formar um só coração e uma só alma” os Salesianos todos, superiores e irmãos, devem viver concretamente a caridade, fonte da solidariedade, compreensão, integração e harmonia alegre e construtiva entre os membros da comunidade⁽⁶²⁾. Toca a nós, a cada um de nós, recolher o ensinamento e o exemplo vital do nosso Pai.

Com o mais afetoso saudar, desejo garantir-vos que vos lembro constantemente na oração. Peço que a retribuais cordialmente, sobretudo em vista do próximo Capítulo Geral.

P. LUÍS RICCERI
Reitor-Mor

(62) *Memorie Biografiche*, 15, 486.

2. DISPOSIÇÕES E NORMAS

Sobre as pensões dos Irmãos

A 22.12.1976 o Reitor-Mor enviou aos Inspetores uma carta em que são dadas normas precisas, com relação ao voto de pobreza religiosa, para as pensões que os Irmãos possam receber.

Caríssimo Inspetor,

de tempos para cá foi-se apresentando com maior frequência um problema que fere diretamente a nossa pobreza religiosa, e que criou perplexidade e situações ambíguas, e outras poderia criar, com prejuízo da autenticidade e serenidade da nossa pobreza salesiana. Trata-se das *pensões* percebidas por vários títulos pelos Irmãos que a elas fazem jus de conformidade com as leis vigentes em seus países.

Não faltou quem afirmasse que as somas recebidas pertencem ao religioso e ficam à sua livre disposição. E das afirmações passa-se à prática. Pareceu-me então não somente oportuno mas obrigatório intervir a fim de dissipar obscuridades e incertezas, e reafirmar de maneira inequívoca a genuinidade da nossa pobreza salesiana.

Convido-te a vigiar e a agir com serena firmeza para cortar abusos que já se tivessem introduzido, e para impedir que se instaurem outras situações anormais. É mister impedir que os Irmãos formem uma consciência errônea em matéria tão delicada como é a pobreza que professamos.

1. Estipêndio e pensão por prestação de serviço

Começamos por tratar das pensões, já de uso universal, que provêm de um trabalho ou serviço retribuído, prestado sob a dependência de um empregador, que pode ser um particular (pessoa, entidade, empresa privada) ou uma Administração pública (Escolas do Estado, serviços nacionalizados, serviços do Município, etc.).

Essas pensões supõem pagamentos e descontos periódicos sobre o salário, de diversas formas, para formar um fundo-pensão. Assim

sendo, tanto o capital ou fundo-pensão, como a própria pensão que se dá ao pensionista, são fruto do trabalho prestado; o trabalho é o único título que faz jus a essa espécie de pensão, que na realidade não é, no fundo, senão uma parte do salário, retida pelo Estado ou Entidade, e depois dada em forma de pensão.

Que dizer de tais pensões com relação ao *voto de pobreza*, conforme o Direito Canônico e as nossas Constituições? Supondo sempre que o trabalho tenha sido assumido por encargo ou de acordo com o Superior competente, o Código de Direito Canônico, no can. 580, § 2, estabelece: “Qualquer coisa que o religioso de votos simples venha a adquirir com a sua indústria, adquira-a para o Instituto Religioso”. Em outras palavras: tratando-se de um religioso, o destinatário último do estipêndio e da pensão é, em virtude do direito, o Instituto Religioso, muito embora este entre em sua posse somente mediante a pessoa do religioso.

As Constituições Salesianas no art. 84 dizem: “... A exemplo dos primeiros cristãos, pomos em comum os bens materiais, os frutos do nosso trabalho e os presentes recebidos”. E os nossos Regulamentos dizem de modo ainda mais preciso e claro no art. 62: “Qualquer coisa que os sócios tenham adquirido com o próprio trabalho ou em atenção à Sociedade, não poderá reter para si, mas tudo se porá entre os bens comuns”.

O Salesiano não tem nem pode presumir ou arrogar-se a seu talante a autorização para fazer um trabalho retribuído, e poder assim capitalizar em vantagem própria. Nem lhe pertence o estipêndio que perceber por um trabalho feito com a devida autorização do Superior competente (não se afirma apenas que *não pode administrá-lo a seu prazer, mas que não pertence a ele!*), nem a pensão proveniente desse estipêndio. Para ser completo acrescento que esse tipo de pensão, como de resto qualquer outra pensão, deixará de pertencer à Congregação caso cesse o vínculo dos votos: deixando de ser *religioso* não se acha mais obrigado nem pelo can. 580, § 2, nem pelas Constituições, e a pensão acompanha-lhe a pessoa.

2. Pensão por serviço militar

A Sagrada Congregação dos Religiosos interveio no problema das pensões relativas ao “serviço militar”. A primeira vez em 1922; ao

término da grande guerra de 1914-1918 houve religiosos que começaram a receber uma pensão por haverem tomado parte em operações militares. O problema da pertença (não só da administração!) da pensão foi levantado, não somente para os religiosos propriamente ditos (professos com votos públicos), mas também para os membros das Sociedades de vida comum sem votos. E a Santa Sé deu uma resposta oficial (AAS 1922, p. 196 ss): a pensão pertence à Congregação ou Sociedade de vida comum de que é membro quem a percebe.

A segunda intervenção deu-se com o Decreto "Militare servitium" de 30 de julho de 1957 (AAS 1957, p. 871 ss), ainda em vigor. Nesse Decreto elimina-se a distinção (presente na resposta de 1922) entre os que permanecem vinculados com votos durante o serviço e os que ficam sem votos, e se atribui tudo ao Instituto Religioso. Cito do Decreto: Art. 5 "Da Pobreza". No que tange aos bens adquiridos pelos sócios durante o serviço militar, e aos que lhes são dados depois pelo serviço realizado, estivessem ligados pelos votos durante o serviço ou liberados dos mesmos, cumpre ater-se a estas disposições:

Parágrafo 1,1. Qualquer coisa que o sócio adquira por sua indústria ou em vista do Instituto Religioso, adquire-a para o Instituto Religioso.

Parágrafo 1,2. O sócio adquire com sua indústria os estipêndios militares e em geral tudo o que lhe é consignado pelo fato de ser militar.

Parágrafo 2,2. As pensões dadas ao sócio por méritos insignes ou por ferimento recebido ou por doença contraída durante o serviço militar são atribuídas ao Instituto Religioso e a ele pertencem enquanto o religioso nele permanecer: conserva-as para si caso deixe o Instituto.

Como se vê, o serviço militar prestado à Nação é considerado como trabalho do religioso: o estipêndio vai, logicamente, para o Instituto Religioso, e assim também as pensões e as pensões vitalícias por méritos insignes, e as pensões dadas por ferimentos recebidos ou por doença contraída durante o serviço militar.

As disposições do Decreto da Santa Sé são claras e explícitas. Não é preciso, pois, acrescentar nenhum comentário para nós Salesianos.

3. Pensão por invalidez e/ou velhice

Resta ainda falar de uma última categoria de pensões: a pensão disposta pela lei por invalidez e/ou velhice, independentemente de qualquer serviço ou trabalho prestado. É justamente esse tipo de pensão que mais se prestou e presta a equívocos e abusos.

Não há aqui título algum de trabalho ou indústria: trata-se antes de uma pensão dada — ao que parece — “intuitu personae”, e, pois, a ser concedida à própria pessoa.

Mas é preciso ter presente a natureza e a finalidade desse gênero de pensão: trata-se de uma pensão dada perentoriamente para as necessidades do ancião pobre, e destinada ao seu benefício imediato. Assim não fosse, isto é, se a pessoa não tivesse necessidade, o Estado não a daria. Portanto na prática o religioso não a pode capitalizar, e muito menos usá-la livremente.

Devendo-se, portanto, empregar tal pensão no sustento da pessoa anciã pensionista, é lógico que a Congregação a administre e dela disponha, pois sobre ela recai a obrigação do sustento.

Convém recordar a todos quanto dizem as nossas Constituições no art. 51: “A pobreza nos une no darmos e recebermos uns dos outros”, ao passo que o art. 52 nos garante que a comunidade provê o que é necessário ao Irmão e sustenta-o em tempo de doença.

O art. 121 diz-nos por fim: “Os doentes e os anciãos... tornam-se centro de unidade e de bênção para a comunidade, que os cerca de cuidados e afeto”.

Resumindo este último ponto:

- tendo presente a finalidade desse gênero de pensões;
- reafirmando bem claramente que a Congregação é obrigada a prover as necessidades dos Irmãos anciãos e inválidos.
- recordando quanto dispõe o Decreto “Militare servitium”;
- deve-se concluir que o Irmão que recebe a pensão de invalidez e velhice não deve e não pode conservá-la para si. Tal apropriação e uso não seria certamente conforme à equidade e à justiça porque estaria claramente em contraste com a obrigação que a Congregação tem de prover as necessidades do Irmão, e contra o fim específico da pensão e da lei que a estabeleceu.

O religioso não a pode conservar ou capitalizar, e muito menos usá-la livremente.

Caríssimo Inspetor, esta carta, com os necessários e devidos esclarecimentos também de ordem jurídica, quer ser ajuda e guia seguro para ti nos casos que podem surgir. Saberás desta sorte agir e exigir com clareza, embora sempre revestida de caridade: trata-se com efeito de salvaguardar os valores de pobreza e de comunhão fraterna essenciais à nossa consagração.

A nossa Auxiliadora nos dê a sua ajuda para sermos fiéis na "sequela Christi", e a pobreza de Dom Bosco esteja sempre diante dos nossos olhos como norma estimulante da nossa vida. Que o novo ano seja portador de graça especialmente por meio do Capítulo Geral 21.

P. LUÍS RICCERI

3. O CAPÍTULO GERAL 21

1. A preparação do CG 21

a) *Nas Inspetorias.* Segundo as notícias que chegam à Casa Geral, o trabalho preparatório do CG 21 prossegue regularmente em todas as Inspetorias.

No instante em que damos à estampa os presentes Atos do Conselho, mais da metade das Inspetorias já celebraram o seu capítulo, mais de um terço enviaram as Atas da eleição dos delegados ao Capítulo Geral, e um quinto enviaram os documentos pedidos pelo Regulador.

b) *Grupo de trabalho para apuração das propostas.* O Regulador do Capítulo está formando um “grupo de trabalho” que durante o próximo mês de maio se reunirá na Casa Geral para a apuração e classificação das propostas provenientes da base, relativas à revisão das Constituições e Regulamentos.

Sua tarefa é ordenar, catalogar e fichar todas as contribuições enviadas pelos Capítulos Inspetoriais ou pelos irmãos individualmente. Trata-se de um trabalho exclusivamente técnico, que levará à elaboração de dois tipos de fichas informativas, para uso dos participantes do futuro Capítulo.

O grupo de trabalho começará por subdividir os artigos das Constituições ou dos Regulamentos nas fases que o compõem, e a numerá-las.

Após a apuração das propostas da base, compilará para cada artigo uma “*ficha das observações*”, que leva em consideração todas as propostas feitas, e em toda a sua variedade: propostas de deslocamento para outra parte das Regras, de acréscimo, esclarecimento, substituição com novo texto, fusão de artigos, desmembramento, supressão, nova redação... Essa ficha trará também, ao lado de cada item, os resultados das votações alcançadas pelas propostas nos Capítulos Inspetoriais, e dará a possibilidade de reconhecer os autores das propostas, isto é, os Capítulos Inspetoriais e os Irmãos individualmente. Isso possibilitará aos membros do futuro Capítulo — quando julgarem oportuno — um estudo aprofundado e direto das motivações em que se apóiam as propostas.

Enfim, o “grupo de trabalho” redigirá uma “*ficha de síntese*” na qual cada artigo constitucional, subdividido nas frases numeradas,

é apresentado de forma resumida, com as emendas recebidas, e com o número de propostas para cada emenda.

c) *A Comissão Pré-capitular.* Mais tarde o Reitor Mor procederá, como prescreve o artigo 101 dos Regulamentos, à nomeação da Comissão Pré-capitular encarregada da redação das relações ou esquemas sobre temas do Capítulo Geral. A Comissão trabalhará nos meses de junho e julho, a fim de poder enviar os próprios esquemas — como exige o artigo 101 “com suficiente antecipação aos participantes do Capítulo Geral”.

2. Os documentos dos Capítulos Inspetoriais

Parece-nos oportuno lembrar aos senhores Inspectores e aos responsáveis pelos Capítulos Inspetoriais, quais documentos devam ser enviados ao Centro, e com que modalidade. Os Documentos requeridos são 4:

1. *Ata da eleição dos delegados Inspetoriais ao CG 12* (documento CG 21 0/5.0). É suficiente completar com exatidão o “formulário tipo” que foi enviado a todos os Inspectores em agosto de 1976;

2. *Lista de todos os Irmãos da Inspeção*, com sua situação jurídica com relação a ela (documento CG 21 0/6.4 n.º 7.3). Os critérios jurídicos nessa matéria foram esclarecidos e estabelecidos nos ACS n.º 284 (outubro-dezembro de 1976) na pág. 62 e seguintes;

3. *Uma cópia na língua original das propostas* que os Capítulos Inspetoriais pretendem enviar ao CG 21, sobre as emendas a introduzir nas Constituições e nos Regulamentos, sobre o Tema Geral de estudo proposto para o CG 21, e outros temas eventuais. Tais propostas deverão ser:

— acompanhadas dos resultados das relativas votações, efetuadas no Capítulo Inspetorial;

— datilografadas em fichas conforme o modelo da “Ficha Inspetorial” que foi anexada ao documento CG 21 0/6.1 (em outras palavras, formato ISO A4, 21 x 29,7 cm);

— marcadas com o carimbo inspetorial;

4. *Dez cópias traduzidas para a língua italiana* das fichas enumeradas no n.º 3.

Esses 4 Documentos devem ser enviados à “Secretaria do Regulador do CG 21”, na Casa Geral, e devem chegar até 30 de abril.

4. COMUNICAÇÕES

1. O Encontro sobre Salesianos e marginalização

Nos dias 19-24.2.1977 realizou-se no Salesianum de Roma um "Seminário de estudo sobre o apostolado salesiano nas periferias: *"bidonvilles, favelas, slums"*.

Vinte e cinco Inspetorias haviam sido convidadas para a iniciativa, que se situa ainda dentro das comemorações do Centenário das Missões Salesianas. Tomaram parte 19 Salesianos de 15 Inspetorias, mais 3 Filhas de Maria Auxiliadora e uma Jovem Cooperadora. Provinham do Brasil, Equador, Filipinas, Haiti, Índia, Itália, Macau, México, Peru, Venezuela, Zaire. Eram Filhos de Dom Bosco deveras empenhados no apostolado em ambientes de marginalização, capazes de apresentar em clima de reflexão as suas experiências, e de comunicar aos seus Irmãos uma renovada consciência e sensibilidade apostólica.

Finalidade desses dias estimulantes de estudo: analisar a fundo e confrontar entre si as experiências em curso, estudar as causas de desadaptação e marginalização, procurar critérios e metodologias para ação em vista de uma promoção humana e cristã neste setor. Os trabalhos do seminário desenvolveram-se mediante a exposição das experiências (muitas das quais traumatizantes), a reflexão de grupo, e as contribuições dos peritos.

Num ponto os participantes estiveram todos de acordo: rejeitar o caráter de excepcionalidade do seu apostolado, como se devesse a uma vocação especial, a um carisma privilegiado. Trata-se — acordaram — de um apostolado salesiano normal, o apostolado da periferia ao qual Dom Bosco dedicou os anos mais aventureiros e comoventes da sua vida.

Um tipo de apostolado que Paulo VI lhes reconheceu na audiência de 23 de fevereiro: "Sabemos, filhos caríssimos, da vossa atividade preciosa e difícil a um tempo, e sabemos que a exercéis nos bairros mais desolados das grandes cidades. No Brasil se chama (e um dia as vimos nós próprios com muito pesar) *favelas*. Mas não é necessário ir ao Brasil: temo-las também aqui em Roma...

“Deus vos abençoe — concluiu o Papa —. Sabei que vos acompanhamos com grande interesse. Sabei que a nossa prece é para vós. Sabei que de boa mente vos apontamos como exemplo, para que outros queiram imitar a vossa virtuosa dedicação aos mais miseráveis”.

2. Um curso para os que se dedicam à Pastoral Paroquial

Um “Corso per operatori salesiani della Pastorale Parrocchiale” teve lugar no Salesianum de Roma, na Casa Geral, de 4 de janeiro a 8 de fevereiro passado. Participaram 25 Irmãos provenientes da Bélgica, Alemanha, Itália, Iugoslávia, Polónia e Espanha.

Proposto já em 1975 pela “Consulta delle parrocchie salesiane”, o curso foi preparado pelo Secretário do “Ufficio Centrale Parrocchie”, P. Guilherme Bonacelli; a programação dos temas foi feita pela Faculdade de Direito Canônico da UPS sob a coordenação do P. Tarcísio Bertone. As aulas foram dadas por vários professores da UPS, por peritos salesianos, sacerdotes seculares e leigos. Animador foi o P. José Bongioani, de Bolonha.

Os argumentos tratados estavam reunidos em três grandes áreas: a antropologia pastoral e a teologia; a evangelização (conteúdos e teologia); a especificidade salesiana.

O Curso colimava objetivos vários: primeiramente o estudo de métodos e serviços pastorais conformes à vocação salesiana, ao seu espírito e à sua missão; em seguida formular eventuais propostas, concernentes às paróquias salesianas, a serem apresentadas ao CG 21; e, não menos importante, experimentar um “curso tipo” sobre a pastoral paroquial, em que se poderão inspirar iniciativas análogas em outras regiões e inspetorias da Congregação.

O curso foi encerrado pelo Vigário da diocese de Roma, Card. Hugo Poletti. Os cursistas participaram também da audiência pontifícia de 19.1.1977, e o Papa dirigiu-lhes uma saudação. “O primeiro grupo que saudamos, porque o mais variado e significativo, é o dos sacerdotes salesianos”, começou Paulo VI. Depois de explicar a presença dos mesmos em Roma “para um ajornamento de experiência pastoral, que se dedica não somente aos jovens mas também às paróquias”, o Papa prosseguiu: “Sentimo-los felizes por encontrardes (nas paróquias) uma multidão de jovens e de povo, que vos inspira a confirmar-vos na vossa vocação. E a aperfeiçoar-vos na

arte (a Pastoral Paroquial), que os Salesianos facilmente descobrem em seu fundador Dom Bosco: a salvação do povo cristão”.

Paulo VI concluiu: “Nós vos obençoamos; e vos dizemos que somos muito gratos pelo ministério que desempenhais na Igreja, e pelo exemplo de doação, paciência, constância, e também de inteligência pedagógica, que proporcionais”.

3. A Comissão Consultiva Mundial dos Cooperadores

Os Cooperadores terão, provavelmente já em junho próximo, uma “Comissão Consultiva Mundial” estável, que substituirá a provisória criada em caráter experimental pelo Reitor Mor em 1975. A nova comissão terá 29 membros (20 leigos e 9 entre Salesianos e Filhas de Maria Auxiliadora), e assumirá o trabalho de animação dos Cooperadores em nível mundial.

Como se chegou à Comissão Consultiva Mundial. O novo Regulamento dos Cooperadores no art. 34,1 previa a constituição de uma Comissão provisória, com a finalidade de preparar o Congresso mundial da associação, e de estudar a oportunidade de criar um organismo mundial dos Cooperadores. Realizado o Congresso e obtido o parecer favorável dos seus participantes, a Comissão provisória antes de dissolver-se sugeriu ao Reitor Mor a conveniência de criar um organismo permanente à testa da associação dos Cooperadores. O Reitor Mor incumbiu a Direção Geral dos Cooperadores de estudar as modalidades para a formação do novo organismo.

A Direção Geral, coadjuvada pelo grupo de trabalho da comissão cessante, fez uma pesquisa entre os Conselhos nacionais e inspetoriais dos Cooperadores e — onde não havia Conselhos — entre os Delegados recolhidos, elaborados na UPS, possibilitaram a formação de uma Comissão Consultiva Mundial. A proposta teve a aprovação do Reitor Mor, e agora está em vias de realização.

Os encargos da Comissão Consultiva Mundial. O novo organismo terá incumbências mais amplas que o precedente. Entre elas a animação, a propulsão e difusão da associação dos Cooperadores no mundo. Cabe a ela ocupar-se dos Cooperadores sacerdotes, dos jovens Cooperadores, dos Cooperadores operários, e promover dentro da associação o movimento missionário. Incumbe-lhe a tarefa de dar impulso à realização das decisões tomadas no recente Congresso Mundial e no Encontro Europeu dos jovens Cooperadores.

A curto prazo, empenhar-se-á em preparar e apresentar ao CG 21 moções e propostas em nome da Associação, e, se solicitada, manifestará o próprio parecer.

Os componentes da Comissão. Dos 29 membros da Comissão, 5 fazem parte de direito, outros 9 (dos quais 5 leigos) serão nomeados pelo Reitor Mor, e 15 (todos leigos) serão eleitos pela base. O Secretário Geral da Comissão será escolhido entre os membros leigos.

São membros de direito: o Reitor Mor, o Conselheiro Geral para a Pastoral dos Adultos, o Delegado mundial dos Cooperadores, uma Conselheira Geral das FMA, a Delegada das FMA para os Cooperadores.

Os 15 membros eletivos serão escolhidos com critérios proporcionais elásticos, de modo que todas as regiões estejam adequadamente representadas. Quatro membros serão eleitos na região Itália e Oriente Médio, 3 na Espanha e Portugal, e 2 respectivamente na Europa e África Central, na região de língua inglesa, na região na região Latino-Americana do Pacífico-Caribe, na Região Latino-Americana do Atlântico.

As eleições. Condições para a eleição: adequada formação espiritual salesiana, certa disponibilidade de tempo, experiência da vida associativa dos Cooperadores.

As eleições se farão em máxima parte por correspondência, e se concluirão na primeira metade de maio.

4. O Oitavo Curso de Formação Permanente

Terminou em fevereiro no Salesianum de Roma o 7.º Curso de Formação Permanente, e a 1.º de março iniciou-se o 8.º, que durará três meses inteiros. Ambos os cursos foram reservados a “Irmãos da terceira idade” (além dos 55 anos). Participam do 8.º 35 Irmãos, provenientes de 24 Inspetorias e de quase outras tantas nações.

Os Irmãos, mais de 250, que passaram nos últimos anos por esses cursos, expressaram em geral opinião favorável à iniciativa. “Volto enriquecido no plano humano, cristão, religioso e salesiano”, escreveu um participante. E outro: “O Curso foi uma coisa maravilhosa, que se deve fazer mesmo com grandes sacrifícios, porque traz grandes vantagens. É preciso torná-lo mais conhecido”.

A iniciativa foi logo aceita mesmo pelos poucos que de início não partilhavam a idéia: “Embora tenha vindo *forçado* e com idéias não claras — escreveu um deles —, vencido o primeiro obstáculo senti logo em mim uma notável mudança para a aceitação e plena participação. Acredito que aproveitei não só no plano espiritual mas também para o trabalho que deverei realizar”. Muitos notaram que a iniciativa não pode deixar de refletir-se, com seus efeitos, também sobre as comunidades a que pertencem: “Tornarei participantes deste enriquecimento também os Irmãos da minha comunidade”.

5. A 107.^a Expedição e outras notícias missionárias

● Discreto número de Irmãos já se ofereceu para a 107.^a expedição missionária. Seu número evidentemente não é suficiente para atender às graves necessidades de pessoal das missões da África, Ásia e América Latina. Poderão os próximos meses ver uma resposta mais generosa ao apelo das Inspetorias missionárias e das igrejas locais, pobres de pessoal?

Entrementes é possível informar que o “Curso de Preparação para os novos missionários” se realizará na Casa Geral a partir do dia 3 de setembro, e se encerrará com a “função do adeus” em Valdocco dia 2.10.1977.

● *Para os missionários de passagem na Itália.* Os missionários que porventura se encontrarem na Itália durante o mês de setembro, têm a possibilidade de freqüentar um curso organizado precisamente para os que já têm experiência de missão e desejam atualizar-se. O Dicastério missionário terá o prazer de fornecer-lhes informações a respeito.

● *O pedido de relações sobre o Centenário.* No último fascículo dos ACS (n.º 285, págs. e o Dicastério solicitava aos Inspetores que enviassem “uma relação detalhada, e acompanhada de documentação fotográfica, sobre as iniciativas levadas a efeito durante o ano centenário das missões salesianas”. Até este momento chegaram relações de 23 Inspetorias.

O Dicastério das missões, ao mesmo tempo que agradece os Srs. Inspetores que atenderam prontamente ao pedido, toma a liberdade de solicitar aos outros que não atrasem o envio de tais relações.

● *Notícias de Timor.* O Conselheiro para as missões durante as suas visitas ao Extremo Oriente queria visitar Timor, mas não obteve

licença. Dos 10 Irmãos de 4 nações que hoje se encontram na ilha, sabe-se que continuam com muita coragem a atender não somente às três casas missionárias salesianas, mas também a outras que não tem mais pastor. Foi possível fazer chegar a esses bravos Irmãos uma ajuda econômica em nome do Reitor Mor.

Os Irmãos vivem em condições assaz difíceis, mas estão são e salvos, e dedicam-se de modo exemplar aos mais pobres. Seu comportamento desperta admiração em quem os vê ao trabalho, e grande estima por parte das autoridades. Parece que finalmente o correio para Timor recomeçou a funcionar com regularidade.

● *Convite à oração.* Recomenda-se à oração dos Irmãos, não somente a missão de Timor, mas também os Irmãos do Vietnam, dos quais — pelas breves e raras cartas que chegam — pouco se consegue saber.

Muito difícil e preocupante a presença dos nossos Irmãos em Moçambique. Recomendamo-los às orações de todos.

● *Uma ajuda apreciada.* Na recente visita às missões da Ásia, o Conselheiro para as missões pôde verificar pessoalmente como é apreciada a ajuda — dada por Irmãos a Irmãos — que chega através do fundo da “Solidariedade Fraternal” (estes Atos apresentam a 22.^a relação). As renúncias feitas pelos Irmãos, sobretudo durante a Quaresma, continuam a alimentar o fundo que em muitas situações revela-se providencial.

6. Solidariedade fraterna (22.^a relação)

a) INSPETORIAS DONDE PROVIERAM OFERTAS

AMÉRICA

Argentina, das cinco Inspetorias	Liras 1.593.000
Argentina, Bahía Blanca	450.000
Brasil, Belo Horizonte	3.319.322
Brasil, São Paulo	1.000.000
México, México	1.440.000
Estados Unidos, São Francisco (de Edmonton para a Etiópia)	450.000

AUSTRÁLIA

942.000

EUROPA

Austria	521.000
Bélgica (Norte)	3.000.000
Itália, Casa Geral	300.000
Itália, Meridional	1.000.000
Itália, Novara	4.800.000
Itália, Novara (para Zagreb)	700.000
Itália, Veneta San Marco (de Udine)	1.319.000
<hr/>	
Total das ofertas chegadas entre 11.11.1976 e 1.3.1977	20.835.122
Saldo anterior	41.387
<hr/>	
Quantia disponível a 1.3.1977	20.876.509
<hr/> <hr/>	

b) DISTRIBUIÇÃO DAS SOMAS RECEBIDAS

ÁFRICA

Congo Brazzaville: para a missão São Carlos, para pequena construção	1.000.000
Etiópia: para obras sociais em Makallé	450.000

AMÉRICA

Argentina, Bahía Blanca: para Carmen de Patagones, atividades pastorais	1.000.000
Antilhas, Jarabacoa: para remédios	500.000
Antilhas, Jarabacoa: para um pequeno salão do Oratório	1.000.000
Brasil, Manaus: para a colônia indígena Santa Isabel	1.000.000
Brasil, Manaus: para a colônia indígena de Jauareté	1.000.000
América Central, Guatemala: para atividades sociais	1.000.000
Chile, Talca: material para a pastoral	1.000.000

Colômbia, Bogotá: para promoção do apostolado bíblico	1.000.000
Equador: para iniciativas culturais a favor dos Shuar	1.000.000
Peru, Yucay: para atividades várias entre os indígenas da missão	1.000.000

ÁSIA

Filipinas, Calamba: para a construção de uma capela	1.000.000
Índia, Shillong: para a impressão de textos profissionais	500.000
Índia, Shillong: para divulgação da imprensa entre os Khasi	1.000.000
Índia, Madrasta: para vários projetos em Brahamana Kodur	1.500.000
Índia, Madrasta: para casas para os pobres em Jalarpet	1.000.000
Índia, Madrasta: para um poço em Chingleput	500.000
Índia, Madrasta: para atividades pastorais em Poonamallee	1.000.000
Índia, Madrasta: para casas para os pobres em Sagayatottam	1.000.000
Índia, Tura: para construção de uma capela em Rongjeng	1.500.000

EUROPA

Itália, às FMA para o apostolado entre os favelados de Ostia	200.000
Iugoslávia, Zagreb	700.000
<hr/>	
Total das quantias distribuídas entre 11.11.76 e 1.1.77	20.850.000
Saldo em caixa	26.509
<hr/>	
Total em Liras	20.876.509

c) MOVIMENTO GERAL DA SOLIDARIEDADE FRATERNA

Quantias chegadas até 1.º de março de 1977	523.803.023
Quantias distribuídas na mesma data	523.776.514
	<hr/>
Saldo em caixa	26.509
	<hr/> <hr/>

7. Três livros e um documentário

Indicamos três livros e um documentário filmado dados a lume nestes dias, e que podem ser úteis a muitos Irmãos.

La Formazione Permanente interpella gli Istituti Religiosi, a cura di Pietro Brocardo, Editrice LDC, Torino 1976. Pág. 464, Lire 6000.

Para as Comunidades e os religiosos que procuram renovar-se nas perspectivas do Concílio, a Formação permanente tornou-se um tema fundamental e passagem obrigatória. O volume apresenta numa primeira parte “*as idéias*”, para uma exata compreensão da Formação Permanente; em seguida “*os modelos*”: como a Formação Permanente se realiza hoje em 9 Congregações; e na terceira parte “*as estratégias*”, isto é, as várias iniciativas de Formação Permanente Descritas uma a uma.

O denso volume, no qual colaboram 22 peritos salesianos e não salesianos, já recebeu vivos aplausos, entre os quais os do Card. Gabriel Garrone, Prefeito da Sagrada Congregação para a educação católica.

Guido Bosio, Martiri in Cina. Mons. Luigi Versiglia e don Callisto Caravario nei loro scritti e nelle testimonianze di coetanei. LDC 1977. Pág. 500, lire 5.500.

É o mais recente e atualizado estudo histórico sobre o argumento: em torno dos dois protagonistas que a Igreja recentemente declarou mártires), traça-se ao mesmo tempo a história da Congregação e da Igreja missionária na China nos primeiros 30 anos deste século.

Forças vivas, Atti del Congresso del Centenario Cooperatori Salesiani. Roma 1977. Pagine 232 più 16 tavole fuori testo. Lire 3.000 (pedidos ao Ufficio Centrale Cooperatori, na Casa Geral de Roma).

O volume que trata também do Congresso Europeu dos Jovens Cooperadores (que se realizou em continuação do Congresso Mundial), é indispensável para conhecer as atuais orientações desse importante ramo da Família Salesiana; é ao mesmo tempo uma mina de idéias, iniciativas e propostas para os Salesianos que trabalham no setor.

Congresso Mondiale Cooperatori Salesiani, Documentário colorido, 16 mm, 25 minutos de duração edições em língua italiana, espanhola e inglesa. Fixa em imagens os momentos importantes do Congresso do Centenário. Pedidos ao Ufficio Centrale Cooperatori, Casa Geral, Roma.

8. Economia nos telegramas

Com relação aos telegramas que chegaram à Casa Geral, verificou-se que em diversos casos seria possível reduzir o número de palavras e fazer alguma economia:

— primeiro, no compilar o nome do destinatário, que se pode reduzir ao essencial (p. ex. *Reitor-Mor*);

— e também na indicação da localidade, bastando (como sugere também o nosso *Elenco Generale*) a expressão *Salesianipisana Roma*.

— esse endereço está registrado nos correios centrais de Roma, de modo que além de poupar dinheiro evitam-se enganos e atrasos na entrega dos telegramas.

5. ATIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR E INICIATIVAS DE INTERESSE GERAL

Encerra-se em abril o longo período em que a partir de setembro passado estiveram ausentes os Conselheiros Regionais em visita às Inspetorias. Os outros Superiores, com o Reitor-Mor, permaneceram quase sempre na Casa Geral, para um trabalho que se costuma classificar como ordinário, mas que na prática é bastante intenso e absorvente.

O REITOR-MOR foi eleito entre os 10 Superiores dos Institutos religiosos que participarão do próximo Sínodo dos Bispos (Roma, outubro de 1977). A presença do Reitor-Mor no Sínodo é muito significativa, pois o tema a ser debatido é de grande interesse salesiano: "A catequese no nosso tempo, com particular referência à catequese dos meninos e dos jovens".

O DICASTÉRIO DA FORMAÇÃO SALESIANA foi visitado nestes meses pela doença e pela morte. O desaparecimento do querido P. Miguel Solinas e a doença do benemérito P. Pedro Brocardo ofereceram a oportunidade de comprovar experiencialmente alguns aspectos realistas da formação, descritos nos artigos 121 e 112 das Constituições renovadas.

Não ostante os limites impostos pela situação, o Conselheiro para a Formação pôde realizar atividades de animação em várias Inspetorias da Itália, Alemanha e Espanha.

Com a reunião dos Professores (europeus) de ciências da educação realizada na UPS dias 2-5 de janeiro, e a dos Diretores de Estudo dos Estudantados Teológicos afiliados à nossa Faculdade de Teologia programada para Benediktbeuern a 21-25 de abril, concluiu-se um longo iter de reuniões para analisar, e descobrir mais atualizada criteriologia e programação dos estudos nas primeiras etapas da iniciação salesiana.

O valioso material recolhido servirá para o Dicastério elaborar um trabalho "orgânico" e preparar sugestões concretas para a Comissão preparatória do próximo CG21.

O P. JOÃO RAINERI, Conselheiro para a Pastoral dos Adultos, presidiu o "Corso per operatori di pastorale parrocchiale" (relação em "Comunicações", pág. 29).

Fez também em fevereiro uma visita à Inspeção de Bilbao. Ficou três dias com os participantes do Curso de Formação Permanente de Urnieta, e pôde falar a grande parte de Irmãos da Inspeção, aos Clérigos, aos noviços e aos aspirantes. Argumentos desses numerosos encontros, os temas e problemas da Família Salesiana.

O Dicastério projeta numerosas iniciativas para os próximos meses. Na área dos *Cooperadores Salesianos* prevê-se a primeira reunião da Comissão Consultiva Mundial (relação mais completa em "Comunicações", pág. 30).

No setor dos *Ex-alunos* o Dicastério colabora e orienta a preparação de três importantes Congressos continentais: o Latino-Americano que terá lugar em Panamá em 1978, o Europeu em Madri no mesmo ano, e o Asiático-Australiano previsto para Manila em 1979.

Sempre no setor dos *Ex-alunos* estão programadas a reunião da Comissão Européia na comunidade Européia, e da Comissão da Omaeec em Paris, na qual tomarão parte representantes da Presidência Confederal.

Na *área da Comunicação Social* estão em estudo várias iniciativas para celebrar o "Centenário do Boletim Salesiano" (agosto de 1877-1977). Em vias de realização, e começará logo a funcionar, o "Centro de Comunicação Social" da Casa Geral, ligado a vários centros nacionais e inspetoriais salesianos.

Em vista do CG21, o Dicastério está recolhendo documentação referente às atividades desenvolvidas nos vários setores: documentação que servirá para o Reitor Mor preparar seu relatório sobre o estado da Congregação, e para informar os membros do CG21.

O P. BERNARDO TOHILL empreendeu longa viagem que o pôs em contato com as missões de 11 países da Ásia. Pôde de modo especial visitar Irmãos que se encontram em missões muito isoladas, como Imphal no nordeste da Índia, Negombo e Kancy em Sri Lanka. Sobre outras atividades suas e do Dicastério fala-se em "Comunicações", pág. 32).

O P. LUÍS FIORA fez nestes últimos meses a visita canônica às Inspeções Sícua e Subalpina. Em março presidiu a "Consulta degli Incaricati Ispettoriali per le missioni". Está programada para abril

a “Assemblea nazionale dei Cineclubs Salesiani”, para maio a “Conferenza degli Ispettori d'Italia e Medio Oriente”, e em junho, no Salesianum, um “Convegno destinato ai parroci e ai direttori d'Oratori e Centri Giovanili”.

O P. ANTONIO MÉLIDA com a visita à Inspetoria de Valencia concluiu o ciclo das visitas extraordinárias às Inspetorias da sua região. Em fins de maio presidirá em Madri à Conferência Ibérica, que se reúne pela última vez antes do Capítulo. Consta de seu programa, antes que se encerre o sexênio, uma visita às comunidades de Portugal.

O P. JOÃO TER SCHURE fez a visita canônica à Inspetoria da África Central, e participou de encontros com os Irmãos em Marrocos, Bélgica e norte da Alemanha.

O P. JOSÉ HENRÍQUEZ presidiu reuniões no Equador, Peru, Chile, Bolívia, Venezuela; faz agora a visita extraordinária à Inspetoria de Bogotá (Colombia).

O P. JOÃO VECCHI fez a visita às Inspetorias Argentinas de Bahía Blanca e La Plata.

O P. JORGE WILLIANS, que para encontrar seus Irmãos está fazendo desde agosto passado a sua quarta volta ao mundo, visitou em dezembro e janeiro a Inspetoria Chinesa. Em seguida, com breve parada em Bang Kok e Rangoon, foi a Calcutá para visitar a Inspetoria. Antes de retornar a Roma, em fins de abril, visitará várias obras da Índia, do Sri Lanka e da África do Sul.

Com a volta dos Conselheiros Regionais até fins de abril, reconstitui-se na Casa Geral o plenário do Conselho Superior, que dedicará seus trabalhos a duas ordens de problemas. Primeiramente ao exame dos relatórios que os Regionais apresentarão de suas visitas. E depois aos trâmites relacionados com o iminente CG21.

Construirmos juntos a Congregação das novas gerações

Dia 11.10.1976 o Reitor-Mor falou aos irmãos não estudantes (comunidade de Jesus Mestre) da UPS, reunidos na Casa Geral.

As palavras do P. Ricceri — que de conformidade com os Estatutos é Grão-chanceler da Universidade salesiana — são aqui reproduzidas por inteiro; abordam em alguns pontos aspectos que dizem respeito mais à UPS, mas no conjunto são de grande interesse para quantos são responsáveis por irmãos em formação.

(Os subtítulos foram colocados para facilitar a leitura).

Após cordiais boas-vindas, o Reitor-Mor lembrou aos irmãos da UPS a missão especial que lhes é confiada, isto, é, a docência, que — afirmou — “é formação”. Missão importantíssima, sobretudo nestes tempos em que “mais que a autoridade jurídica aceita-se a autoridade da cultura, das idéias”. E assim prosseguiu:

A Congregação é certamente um organismo vivo, que age para a realização da sua missão no mundo. Para atingir esse fim — vêmo-lo sempre com maior evidência — quanta influência têm as idéias, o cérebro, digamos!

Pois bem, vós na UPS, com vossa força e organização, podeis acudir à necessidade de idéias iluminantes, corroborantes e construtivas, de que há tanto mister hoje a Congregação. Podeis ser para esse organismo vivo — por assim dizer — um cérebro são e eficiente, livre de escleroses, hemorragias, e anomalias outras; isento de vertigens; sempre um cérebro irrigado pelo sangue oxigenado e vitalizante do organismo que se chama Congregação.

Quando penso nos numerosos Ex-Alunos do PAS que encontro nos diversos continentes, e nos vossos alunos de hoje nas várias faculdades — pertencentes a mais de 50 Inspeorias — dou-me conta das enormes possibilidades construtivas e unificantes que a UPS tem em suas mãos, e ao mesmo tempo da responsabilidade que os componentes da UPS cada um de acordo com uma função, têm perante toda a Congregação. Vejo claramente que ela tem a missão de centro iluminante, unificador, vivificante, da cultura eclesial da Con-

gregação: em suma um *centro superior de formação*, mas entendido no sentido mais rico, profundo e completo que hoje se dá a essa expressão.

E' o que as Inspetorias pedem, antes exigem. E' o serviço que, todos juntos, cada um segundo suas próprias responsabilidades, devemos prestar às Inspetorias. E' o único caminho seguro para superar obstáculos e dificuldades, que podem ter uma consistência objetiva na carência de pessoal salesiano causada pelas crises de vocações e pelos novos critérios para a primeira formação, mas que provêm outrossim (digamo-lo honestamente) de experiências infelizes, de certos frutos amargos colhidos nos anos passados e que produziram desconfiança, desalento, e — por que não? — preconceitos generalizados e difíceis de desaparecer.

Quão úteis então, antes necessários, os contactos sempre mais concretos e abertos, entre o Centro da Congregação e a UPS; e entre a UPS e as Inspetorias. As Inspetorias têm necessidade de conhecer a realidade da UPS hoje, e de vê-la como elemento eficaz para a unidade e clareza de idéias tão necessárias na Congregação. Sobre-tudo hoje, num mundo — mesmo eclesial — não isento de equívocos e deviações, também por causa e em nome de um mal compreendido mandato comum: *construirmos juntos a Congregação das novas gerações*.

O SERVIÇO DA UPS À CONGREGAÇÃO

Se bem atentarmos todos, nós e vós, temos interesses não apenas comuns, mas únicos; servir à Congregação, para que desempenhe adequadamente a sua missão, correspondendo às exigências de hoje. O que, longe de excluir, corresponde ao serviço da Igreja hoje, como se confirma no documento de aprovação dos Estatutos e no que elevou o Ateneu à dignidade universitária.

O vosso serviço à Congregação faz-se evidentemente, *in primis*, na vossa sede. O que comporta para vós compromissos e esforços, tanto por parte de cada professor, quanto por parte da UPS no seu todo e nos seus componentes, faculdades, institutos; e também por parte da Obra PAS, órgão coordenador e coagulante de todos os elementos que, conservando sua legitima autonomia acadêmica, se encontram na única, comum e vital matriz, a salesiana. E' claro que

tal serviço exige da Congregação compromissos, esforços, sacrifícios não indiferentes. Que não são apenas econômicos, já tão pesados, mais ainda mais de pessoas (coisa, sobretudo hoje, ainda mais árdua, pelos motivos que conhecemos).

E' claro que nós, Centro da Congregação, nos esforçamos por superar com paciente constância, confiante coragem e consciente realismo esse cúmulo de dificuldades. Gostaria que o percebêsseis. Mas para superar tão graves obstáculos faz-se indispensável vossa obra, vossa colaboração, vosso serviço. Um serviço que seja de evidente utilidade também fora da própria sede, nas Regiões, nas Inspetorias, em tantos setores que têm fome de "ajuda cultural", espiritual, catequético-pedagógica, salesiana, qualificada e construtiva.

Fato extremamente positivo, e para nós motivo de grande confiança e alegria, foi o coro de apreço, estima, reconhecimento que de várias Regiões e Inspetorias chegou até nós depois de cursos e promoções que professores da UPS realizaram em várias parte do mundo salesiano.

Estamos convencidos de que este serviço qualificado, enriquecido pelo testemunho dos professores que deram tais cursos, é um caminho particularmente eficaz para superar resistências, preconceitos, obstáculos, objeções apresentadas pelas Inspetorias; um caminho para ganhar credibilidade e confiança.

A UPS, obra da Congregação

Mas voltemos ao que me parece em sentido global a missão, mais que um simples serviço da UPS. As dificuldades que se apresentam, na minha opinião tanto mais facilmente se poderão superar quanto mais amplamente a UPS corresponder aos objetivos que em seu nascedouro lhe foram cometidos pela Congregação, e reconhecidos e aprovados pela Igreja. Se a Igreja fez do Ateneu uma Universidade, ela será sempre um organismo, com todas as suas características, da Congregação, que por ela se julga plenamente e sob todo ponto de vista responsável.

Assim sendo a Congregação em seus órgãos superiores preocupa-se com que a UPS seja de todo fiel ao mandato que lhe foi confiado, e atinja os objetivos que lhe foram apontados. Não é sem motivo que se lê nos Estatutos da UPS: "O Reitor-Mor da Sociedade de São Francisco de Sales é o Grão-Chanceler da UPS" (art. 6,2). E entre

seus encargos destaca-se: “primeiro, vigiar de acordo com as normas da Santa Sé sobre tudo o que diz respeito ao governo e aos estudos da Universidade”, e “segundo, procurar que as diretizes da Santa Sé sejam observadas”.

São graves responsabilidades que sinto o dever de exercer, como sempre, em comunhão com o Conselho Superior. E especialmente às vésperas do Capítulo Geral 21, que certamente — conforme deliberação do Capítulo 20.º — deverá verificar, com tudo o que se refere à vida da Congregação, a situação da UPS neste sexênio. E isso à luz das orientações práticas dadas a seu tempo pelo próprio Capítulo Especial, e à luz do relatório apresentado a seu tempo pela Comissão encarregada de estudar os problemas inerentes à vida da UPS.

Por isso parece-me útil fazer algumas reflexões que vos possam ajudar, inspirando-me nas três notas que caracterizam, sem lugar a dúvidas ou falsas interpretações, a UPS.

ANTES DE TUDO, UNIVERSIDADE

A UPS é antes de tudo uma Universidade, um Instituto Superior de estudos. Quem é chamado à UPS recebe um mandato formal, tão importante quanto delicado.

Para usar uma palavra clássica, essa obediência especial — pois é disso que se trata — que exige do irmão que a recebe?

Antes de mais nada o *estudo*, a fim de cumprir adequadamente e com fruto a missão que lhe é confiada.

O estudo metódico, contínuo, aprofundado, atualizado, conforme as matérias, orienta-se para a *pesquisa*, elemento caracterizante de um professor universitário: sem a pesquisa, a ação do professor universitário torna-se mutilada e falha num setor qualificante.

Mas o estudo deve servir também à *docência*, ao serviço de nível seriamente acadêmico, adaptado à maturidade dos alunos, que têm direito de receber um ensino nesse nível. A esse respeito deve-se sempre ter presente que as ressonâncias das fórmulas ensinadas ecoam em ambientes diversíssimos, e em situações imprevisíveis. Não desço a particulares (seriam tantos), deixo-os à vossa consideração.

Mas não posso deixar de convidar-vos a examinar como corresponde cada um de nós ao compromisso global do estudo construtivo, compromisso que não hesito em definir de consciência, que se completa e harmoniza com quanto dizem no art. 2.º os vossos Estatutos. Falam de uma *projeção apostólica* em nível universitário.

A essa projeção pode referir-se a colaboração, em medida oportuna, pelos meios de comunicação social, que não se pode confundir com uma indiscriminada atividade mesmo pastoral que prejudicasse ou contrastasse a principal responsabilidade.

Tanto menos se poderiam aprovar atividades assumidas por própria iniciativa, sem entender-se com os Superiores responsáveis, e que se tornam de evidente prejuízo para a missão primária de um docente universitário.

Atitudes e iniciativas que tais, não somente prejudicariam a missão universitária, mas alimentariam na Universidade um clima individualista, subvertendo a hierarquia dos valores. Nessa hipótese a presença na Universidade seria para o Irmão apenas um suporte para atividades próprias, não o serviço a ele pedido.

Uma comunidade universitária

O fato que a nossa é uma Universidade, apresenta algumas exigências de organização e pedagógicas que hoje se mostram mais agudas. Refiro-me primeiramente à *co-participação*, que postula — nas devidas proporções — *co-responsabilidade* de quantos em graus e modos diversos trabalham na e pela Universidade. (Penso neste momento também nos nossos queridos e generosos Coadjuutores, que prestam tão relevante serviço na Universidade).

Há documentos autorizados e interessantes (por exemplo “L’Université catholique dans le monde moderne”), que propõe sobre estes temas uma orientação e um clima que não podemos deixar de levar em conta.

Reflexão de particular importância é sugerida pelo “fato universitário”, em cuja função tem sentido a vossa presença. Os Estatutos da UPS falam expressamente de *comunidade universitária*.

Lemos no documento a que antes aludimos (muito apreciado pela Sagrada Congregação): “Se a Universidade Católica deseja realizar plenamente as suas características e cumprir sua tarefa aca-

dêmica... , deve empenhar-se em promover em seu seio uma verdadeira comunidade universitária... Pois a educação não se faz somente graças à atividade acadêmica, mas também mediante a vida de comunidade.

“O valor educativo da comunidade provém de dois elementos: primeiro, a medida segundo a qual um participa da comunidade e se mostra aberto aos outros; e segundo, o respeito que se manifesta entre pessoas. Precisamente nesse espírito é que se devem moldar as relações entre os membros da Universidade: professores, autoridades, administradores, estudantes, pessoal não acadêmico.

“O espírito comunitário será promovido com os meios idôneos de comunicação à disposição de todos, e com a possibilidade para cada qual de participar, conforme sua função, nas decisões que dizem respeito às comunidades, e de contribuir para a sua realização. Em grande escala, o influxo humano da Universidade dependerá da vida comunitária que ele for capaz de criar” (*Op. cit.*, pág. 18-19).

Não são idéias peregrinas de quem facilmente se entusiasma por novidades, mas resultado de um estudo de uma centena de Delegados das Universidades católicas de todo o mundo em data bem recente.

Ora, na linha apontada por esse documento, os vossos Estatutos apresentam alguma lacuna? Qual pode ser a medida concreta dos mesmos e em plano institucional, para que o pessoal não acadêmico se sinta responsabilizado, integrante do grupo universitário, e com peso deliberativo e decisório no campo da própria competência?

A comunidade acadêmica

Os Estatutos são claros e precisos no que respeita à comunidade acadêmica. Lembram que a UPS e as suas Faculdades são uma espécie de comunidade. Por conseguinte “todos cooperam, cada um por sua parte, para a finalidade da Universidade e das várias Faculdades” (art. 3.1). Lembram o dever de coordenação comunitária, na busca de formas superiores de comunidade: “As diversas faculdades estão unidas entre si mediante uma necessária coordenação, salva, porém, a autonomia própria de cada uma” (art. 3.2).

A coordenação leva à *colaboração* entre as Faculdades dentro da UPS: “na organização dos estudos promover-se-ão as formas de co-

laboração, permanente ou temporárias, que dizem respeito às várias disciplinas ou Faculdades, e que parecem bastante idôneas para favorecer organicamente a pesquisa e a formação, tornando ainda mais fácil a consecução do fim da UPS (art. 3.3).

Nesse ponto, algumas perguntas. Pode-se dizer de fato que todas e cada uma das Faculdades da UPS são uma verdadeira comunidade? Não podem por vezes parecer um *agregado de institutos*, que desenvolvem uma política própria, procurando na faculdade uma base para fazer ouvir a própria voz aos responsáveis pelo pessoal ou pelas contribuições econômicas?

E algo não menos importante: pode-se dizer que as Faculdades inteiram uma pessoa moral, uma verdadeira e autêntica comunidade que se chama UPS? É suficiente essa vida comunitária para assegurar complementariedade, para evitar duplicações, para se ajudarem na elaboração dos organismos das Faculdades, operação de particular importância já em estudo e que deveremos juntos levar avante? Dado o grau de comunidade adquirido, não é tempo de tocar o programa de interdisciplinariedade aceito já em linha de princípio?

São perguntas que nos interessam a todos, também para a justa economia e utilização das pessoas e das coisas, para evitar gastos quando há tanta necessidade de economia de homens (e não somente de homens), para não ter órgãos que pareçam superados ou de qualquer maneira não correspondentes às exigências apresentadas hoje pela Congregação e pela própria realidade universitária.

A propósito de colaboração entre comunidades, ainda uma pergunta. Antes de tudo no que diz respeito às *relações com as outras comunidades salesianas*. Como são as relações da UPS com os Institutos afiliados? Quais as relações da UPS com as comunidades inspetoriais da Congregação? Passou-se quem sabe da tensão à indiferença? Como se pode chegar a uma colaboração fraterna mais intensa, com vantagens recíprocas?

Sempre a propósito de colaboração, pode-se propor alguma pergunta concernente às *relações de colaboração com Centros não salesianos*. A convocação dos professores convidados é regulada pelos Estatutos; pode-se dizer outro tanto da oferta dos professores da UPS convidados por outras Universidades? É controlada pelas autoridades competentes? Pode-se deixar à iniciativa de cada professor? Existe uma política nesta matéria?

E' UNIVERSIDADE PONTIFÍCIA

A vossa Universidade se honra com o título de Pontifícia. Tal título — supérfluo dizê-lo — implica particulares exigências e conseqüências práticas de não pouca monta, que interessam a todos os membros da Universidade. Interessam primeiramente quantos têm responsabilidade de docência, que — cumpre lembrar sempre — não se realiza somente da cátedra, na aula, mas também de outras “cátedras”. Delas fala-se até a um auditório muito mais vasto e variado (penso nas revistas, jornais, livros, reuniões de todo o tipo etc.). Pois bem, convém que cada um, como lente dessa Universidade Pontifícia, se proponha também a esse respeito alguma pergunta.

És professor de uma Universidade Pontifícia. Qual a incidência da Revelação no teu trabalho universitário? Aceitas sinceramente nas tuas pesquisas e no teu ensino os ensinamentos do Magistério autêntico, em particular as diretrizes do Papa?

Mais. Qual é o serviço eclesial do teu empenho profissional? Procuras fundamentar cientificamente as grandes tomadas de posição da Igreja no campo específico da tua competência? Não tens nada a dar em nível universitário a favor da doutrina de Cristo, sempre a partir da tua perspectiva científica, por exemplo sobre o divórcio, o aborto, a eutanásia, o celibato, a justiça, o desenvolvimento, a política, a pornografia, a violência, a luta de classe?...

Particularmente, conhece a fundo a doutrina do Concílio sobre a escola católica. Sabes que hoje se encontra em profunda crise. Não te parece que cabe justamente às Universidades Católicas procurar os argumentos rigorosamente fundados, atentando não só para os dados da Revelação, mas também para as exigências hodiernas e para as instâncias dos sinais dos tempos?

E' UNIVERSIDADE SALESIANA

A nossa Universidade define-se salesiana, porque é uma emanação da Congregação Salesiana que — repitamo-lo — é por ela responsável; porque no cumprir seus fins de Centro Superior de Estudos, coloca anseios, finalidades específicas, espírito, estilo próprios do carisma de Dom Bosco, como bem afirma e reconhece Paulo VI no documento que eleva a Universidade o nosso máximo Centro de Estudos eclesiásticos.

No documento, sublinhando expressamente a dimensão salesiana do Centro, o Papa mostra que não se trata de uma qualificação vazia de sentido. Ela atinge quer a temática: “formar a juventude na vida cristã”; quer a metodologia: em plena sintonia com o espírito próprio do Fundador e Pai Dom Bosco, “conforme o espírito próprio do Santo Fundador — cito textualmente — que se chama comumente “sistema preventivo”, e que, não sem uma particular disposição de Deus, haure do Evangelho sua natureza e força”.

E os Estatutos da UPS, em perfeita sintonia com o pensamento do Papa, no art. 2 — após apontar como uma terceira finalidade estreitamente ligada às precedentes “a projeção apostólica a nível universitário” — falam da colaboração característica própria da missão salesiana.

Lemos com efeito no art. 2.2 dos Estatutos: “Tal fim é determinado pelo caráter e pela missão própria da Sociedade de S. Francisco de Sales. Portanto a UPS ao cuidado de promover o progresso científico unirá a *solicitude pastoral* sobretudo com relação aos *problemas dos jovens* e da sua educação tendo presente o espírito e a doutrina de São João Bosco”.

E’ portanto natural que a quase totalidade do ensino e formação dos alunos seja confiada a Salesianos de Dom Bosco.

Salesianidade, sinal visível

Essa realidade convida a fazer, entre tantas, algumas reflexões bastante pertinentes.

Primeiramente, vós que trabalhais na UPS, sois salesianos, membros da Congregação, homens, pois, que se consagraram conscientemente a Deus com os três votos de castidade, pobreza, obediência, segundo as Constituições da Congregação de Dom Bosco. Conheceis as implicações dessa consagração, tanto mais empenhativa e grave quanto maior o prestígio que, também na Congregação, vos confere o importante mandato que a confiança dos Superiores vos confiou. Sois salesianos: e esse vosso “ser” vos acompanha por toda a parte, em qualquer atividade.

Digo com o coração nas mãos: sinto-me muitas vezes feliz e orgulhoso quando, viajando pelo mundo, oiço de pessoas em lugares e posições as mais diversas e qualificadas elogios de muitos de vós. Elogios não somente pelo valor da vossa cultura, no ramo de vossa

competência, mas também pela vossa *coerência de vida e comportamento quais religiosos salesianos*. Oíço freqüentes vezes dizer: “É um ótimo professor, não só, mas demonstra em tudo ser, *verbo et opere*, um digno filho de Dom Bosco”. “Edificou-nos por aquilo que é, mais ainda que pela riqueza e solidez da cultura”. E frases que tais.

Se me alegro de coração nesses casos, felizmente freqüentes, confesso-vos que sofro imensamente quando acontece ouvir juízos e apreciações diversas sobre atitudes, idéias e comportamentos que se acham em evidente contraste com o nome e a qualificação de Salesiano.

Queria, caríssimos, que cada um de vós, profundamente penetrado da grande responsabilidade que pesa sobre vossa pessoa de Salesianos e que tem reflexos que se multiplicam e difundem como ondas hertzianas pelo mundo, se preocupe em qualquer momento e conjuntura em ser *com a vida e com a conduta*, na sua atividade, o que afirma ser: salesiano.

Enfim, o Salesiano na UPS, por muitos e muitos motivos, deve viver sua consagração salesiana para animar todo o seu trabalho com uma *religiosidade salesiana* que se faz sinal visível para todos os homens. Religiosidade salesiana que se não pode isolar e limitar ao campo individual, à intimidade da consciência, porque, como dissemos, é a própria instituição, toda a instituição, movida pela consagração religiosa de colorido salesiano.

Numa palavra, trata-se de elementos constitucionais e constitutivos das finalidades da UPS no âmbito e no espírito da nossa missão, como declarou e precisou o Capítulo Geral 20.º nas diretrizes para a ação.

A nossa Universidade, pois, caracteriza-se e distingue-se de outras, respeitabilíssimas sem dúvida, por esses elementos “salesianos”, faltando os quais descumpriria as finalidades visadas não só pela Congregação mas pela própria Igreja.

A comunidade tem uma alma: a oração

Para não me prolongar muito, limito-me a apenas duas reflexões.

A profissão e consagração salesiana exige dos seus membros uma *vida comunitária*; antes, de comunhão, como se diz hoje, e com sentido mais profundo.

O Capitulo Geral e as Constituições renovadas falam claramente dessa vida comunitária *fraterna, orante, apostólica*. Podemos afirmar que o valor comunitário é parte essencial dos valores da salesianidade. De resto ouvimos que mesmo como Universidade e Católica sente-se a necessidade de fazer dela uma comunidade no sentido rico e fecundo da palavra.

Quis-nos Dom Bosco *homens comunitários* e a nossa missão é comunitária, a antítese natural do individualismo atomístico e desorganizador.

Mas essa vida de comunhão tem uma alma: sem ela poderá haver pessoas mais ou menos numerosas que comem à mesma mesa, vivem nos mesmos ambientes, passam alguma hora juntos e alegres, trabalham e moram no mesmo edifício, mas não haverá a comunidade fecundamente viva e operante, *fraterna de que falam as Constituições*, exigida pela nossa consagração.

Vós, com efeito, viveis juntos *por um motivo de fé, por fins sobrenaturais*: Por isso o elemento animador, verdadeira e substancialmente aglutinamente, é a oração comunitária, ou, melhor ainda, a comunhão na oração.

Se isso vale para todo salesiano, parece-me ainda mais necessário para vós, pela vossa situação peculiar, pela vossa missão empenhativa. Encontrarem-se unidos, portanto, presentes na oração comum; serem todos construtores da comunidade orante donde recebe força e significado a comunidade fraterna e a apostólica, é um compromisso para vós!

Sei, situações há que criam dificuldades. Mas, à parte as ocasiões verdadeiramente excepcionais, justamente pelo vosso ministério tão especial, pela natureza do vosso trabalho e do vosso serviço, tendes necessidade de ser confortados pelo contacto com Deus, pela oração com os Irmãos. E tendes o dever de ser conforto para os irmãos com a participação na oração comunitária, de não defraudá-los dessa necessidade e direito de todo membro da comunidade. É um direito que se transforma simultaneamente para cada um em dever de caridade e solidariedade para com os irmãos.

O absentismo da oração

O absentismo da oração dos irmãos é no seu gênero muito mais prejudicial que o absentismo do trabalho de que hoje tanto se fala.

É claro que a oração comunitária requer trabalho, esforço e método, para não se reduzir a uma “oração em comum”. É verdade também que ela não pode substituir a oração pessoal, que lhe é base e premissa natural.

Continua entretanto sempre verdadeira e grave a palavra de Paulo VI na “*Evangelii Testificatio*”: uma palavra que vale para todos, para nós da Casa Geral, para os poucos Irmãos que vivem horas de sobressalto em Timor ou em Moçambique, para os Irmãos que trabalham numa difícil obra social da periferia, para vós que cumpris uma missão que mais que qualquer outra é ameaçada de tantos lados e por motivos os mais vários, pelo perigo mortal do horizontalismo, como a triste experiência comprova.

Diz então Paulo VI: “Não esqueçais o testemunho da história: a fidelidade à oração ou o seu abandono são o paradigma da vitalidade ou da decadência da vida religiosa” (E.T. n.º 35). E nós podemos glosar: da vida de todo religioso.

Terminei. De minha parte e da parte do Conselho desejo dizer-vos que temos grande e viva esperança que, mediante vossa obra, a UPS haverá de prestar precioso, insubstituível serviço à Congregação hoje.

Por outra parte conheço já de longa experiência a Congregação e a forma de agir dos Capítulos no momento decisivo. Posso assegurar-vos que o Capítulo Geral depositará em vós confiança tanto mais ampla e cordial, quanto mais a houverdes merecido, demonstrando — mediante atuações já levadas a efeito e projetos em elaboração para o futuro — que sentis plenamente a responsabilidade da esplêndida e delicada missão a vós confiada pela Congregação: serdes autênticos e dignos “*universitários*”, coerente e concretamente *pontifícios*, e sincera e efetivamente *salesianos*.

8. MAGISTÉRIO PONTIFÍCIO

Religiosos, quem sois na Igreja?

Foi a pergunta que Paulo VI fez no discurso aos representantes dos Superiores Religiosos, ao recebê-los dia 6.11.1976. O Santo Padre formulou a resposta (que merece profunda reflexão); sois seguidores de Cristo, testemunhas do Evangelho, operários da caridade.

(L'Osservatore Romano de 7.11.1976)

Seguidores de Cristo

A pergunta: *quem sois na Igreja?* a resposta é óbvia e imediata. Sois *seguidores de Cristo*; a cada um de vós aplica-se “ad litteram”, como a identificar-vos, a palavra de Cristo: *Vos... secuti estis me.*

Essa a palavra que torna autêntica a seqüela, que haveis livremente escolhido, e vos incita à fidelidade e à coerência, estimulando-vos a “caminhar retamente nas pegadas de Cristo”, sem retiradas nem desvios. Não é difícil descobrir ulteriores exigências da seqüela: se Jesus é Mestre, antes o Mestre, como sequazes sois também discípulos; se Jesus é modelo de vida, antes a Vida, como sequazes deveis ser seus imitadores; se Jesus é Senhor, como sequazes sois também os servidores. Trata-se, porém, de serviço — bem o sabeis — que supera as diferenças ou as etiquetas usadas entre os homens, para abrir-se à fraternidade da amizade e ao calor da caridade: *Vós sois os meus amigos...* Sois, portanto, os enamorados de Jesus, que, abandonando as coisas do mundo, tendes a possibilidade e o dever de aplicar-vos à contemplação e à oração, em união com ele.

Testemunhas do evangelho

Isso tudo, porém, não basta. Se repetirmos a pergunta, obtaremos uma segunda resposta: para a Igreja vós sois *testemunhas do Evangelho*. Se tal qualificação vale para todo cristão, vale para vós por uma razão todo particular.

O fato primordial na seqüela não se exprime apenas “ad intra”, não pode restringir-se à relação sublime e pessoal com Cristo, mas deve necessariamente refletir-se “ad extra” e expandir-se naturalmente numa ação a favor do que Ele disse e fez. Essa a razão pela qual, ao endereçarmos aos Religiosos uma Exortação especial sobre o renovamento da vida consagrada conforme as diretrizes do Concílio Vaticano II, julgamos oportuno estabelecer logo de início este conceito: *Evangelica testificatio*. Porquanto é justamente esse testemunho que vos torna apóstolos e missionários do Evangelho no mundo, o qual vê e julga, ainda quando parece indiferente e distante.

Como negar, de resto, que ele hoje se manifesta, em grande parte, na vida das pessoas consagradas, das quais, mais que palavras, se esperam obras e fatos de estilo genuinamente evangélico? E não pode deveras eludi-lo quem fez de certos ideais ético-religiosos uma profissão de vida, sob pena de intrínseca contradição, que equivaleria a um “falso testemunho”, o que, nos casos mais graves, seria desorientador e escandaloso para os outros.

Como se apresenta, na prática, esse testemunho apostólico e missionário? Essencialmente exprime-se com os exemplos que oferece a nível individual e comunitário: pensemos, a propósito, com grata admiração nos Santos religiosos que com o exercício da ascese, com a prática da pobreza, com o rigor da penitência constituem pontos fixos de referência, tão luminosos que quase se identificam com as virtudes praticadas. E no plano de mais direto contacto com as almas, lembraremos a pregação e a direção espiritual. Quantos religiosos foram e são destemidos anunciadores da Palavra de Deus, sábios mestres de espírito, conselheiros ouvidos e venerados!

Operários da caridade

Desse modo, da seqüela pessoal do Cristo e do testemunho dado “coram hominibus” emerge, mais convincente e mais alta, a virtude que ele próprio propôs como “mandatum novum”, isto é, mandamento específico dos seus: a caridade. Sois vós os operários da caridade e, na medida que vos dedicais com acrescida energia a exercê-la como Cristo a exerceu, vos tornais exemplos vivos do seu Evangelho, cópias exatas de elevado e estimulante modelo de vida.

Caríssimos Filhos e Filhas, esboçamos os traços caraterísticos que definem o perfil de quem, com a formal aceitação dos conselhos evangélicos, enveredou, não por tola presunção, mas por obediência à voz interior do Senhor, pelo caminho estreito da perfeição cristã.

Confiamos que nossas palavras sejam acolhidas e meditadas por todos os membros das Ordens e Institutos Religiosos na multiforme variedade das respectivas famílias, e outrossim de incitamento na seqüela edificante e generosa do Cristo Senhor.

9. NECROLÓGIO

P. André Anelli

* em Misano di Gera d'Adda, Bergamo, Itália 30-7-1911, † em Chumpon, Tailândia 10-7-1977 aos 65 anos, 40 de profissão e 32 de sacerdócio.

Do aspirantado de Ivrea partiu para as missões na "Terra dos Livres", onde após o período de formação exerceu com zelo o apostolado missionário. Seu campo de atividade foram as paróquias. Demonstrou no trabalho imensa dedicação, conquistando a admiração e a estima de todos graças à sua bondade, simplicidade e generosidade no serviço de Deus e dos irmãos. Cultivava a devoção ao Sagrado Coração de Jesus e promoveu a piedosa prática das Primeiras Sextas-Feiras do mês. Na capa de um seu canhenho se lê: "Maria, fazei-me santo, é só o que eu desejo".

P. João Batista Antoine

* em Bonnarue, Bélgica 15-1-1908, † em Celles-les-Tournai, Bélgica, 18-1-1976 aos 68 anos, 48 de profissão e 39 de sacerdócio. Foi diretor por 15 anos.

Marcado pela austeridade da terra em que nasceu e pela severidade do ambiente em que recebeu a primeira educação, homem de Deus, missionário até o mais profundo do coração, ofereceu toda a sua vida à evangelização na África. Trabalhou sempre entre os jovens como professor, mas ainda mais na formação dos futuros sacerdotes no seminário menor de Sakania. Minado pela doença, dedicou os últimos anos de vida missionária à catequese dos meninos da selva, tarefa que reputava digna de um padre salesiano. Em toda uma vida de abnegação honrou a família, a Congregação salesiana, a jovem Igreja da África e a Igreja universal.

P. Filadelfo Arce

* em Ubierna, Burgos, Espanha 24-5-1910, † em Madri, Espanha 22-11-1976 aos 66 anos, 47 de profisso. e 37 de sacerdócio. Foi diretor por 15 anos.

Foi um salesiano de vanguarda: lutador e otimista ao mesmo tempo. Animador nato das atividades juvenis nas Companhias e nos Circulos, professor e catequista por muitos anos na casa inspetorial de Madri, tinha uma habilidade especial no ramo teatral. Diretor, soube assumir com bom êxito a responsabilidade do funcionamento

de casas em fase de fundação. Atraía a simpatia de todos com o caráter jovial e maneiras acolhedoras. Sabia esconder sob seu jeito brincalhão uma capacidade de doação sem reservas a quantos dele precisassem. Hábil diretor de consciência, foi nos últimos anos zeloso pároco. Um catequista da sua paróquia assim esboçou-lhe a figura: “Foi um verdadeiro amigo, vivo como um menino, aventureiro como um jovem, trabalhador como um adulto, sacerdote como salesiano, alegre como filho de Dom Bosco, audacioso como um homem de hoje”.

P. Maurício Billiet

* em Nieuwpoort, West-Vlaanderen, Bélgica 14-1-1912, † em Halle, Brabant, Bélgica 23-10-1976 aos 64 anos, 45 de profissão e 36 de sacerdócio.

Na vida paroquial viveu a maior parte da sua vida salesiana. Vice-pároco, e posteriormente pároco, era um pastor como Jesus descreve no Evangelho: preocupado com cada uma de suas ovelhas, doando a própria vida na simplicidade de um coração verdadeiramente salesiano.

P. Haroldo Bleach

* em Londres, Grã-Bretanha 17-3-1902, † em Belford, Inglaterra 8-2-1977 aos 74 anos, 55 de profissão e 48 de sacerdócio. Foi diretor por 3 anos.

Batizado na primeira igreja salesiana da Inglaterra pelo primeiro Inspetor, P. Carlos Macey, fez-se por sua vez salesiano e trabalhou na África do Sul, Malta e Inglaterra. Por mais de vinte anos exerceu o apostolado entre os Cooperadores salesianos e foi ao mesmo tempo capelão da R.F.A. (Royal Air Force). A morte surpreendeu-o após uma intervenção cirúrgica.

P. Mario Brusca

* em Alvito, Frosinone, Itália 18-11-1907, † em Macerata, Itália 6-1-1977 aos 69 anos, 49 de profissão e 41 de sacerdócio.

Entrou numa Casa salesiana aos 10 anos e não mais deixou Dom Bosco. Apaixonado interesse pela música e seus segredos (à qual consagrou grande parte de sua vida e trabalho), e profundo e arraigado apego às genuínas tradições salesianas, foram as suas belas qualidades. Provou-o o Senhor, nos últimos anos, com longos e muitos sofrimentos espirituais que, sem que ele mesmo se desse

inteira conta, o assimilaram ao Cristo sofredor, dando-lhe a sensação de ser incompreendido pelos seus e de estar sozinho em sua dor.

P. João Busato

* em Arsiero, Vicenza, Itália 27-7-1912, † em Verona, Itália 29-9-1976 aos 64 anos, 43 de profissão, 34 de sacerdócio. Foi diretor por 7 anos.

Caracterizaram-no em todas as fases da vida a procura de Deus e o abandono à sua vontade: professor de Direito, diretor em várias casas, animador das Companhias, dos Cooperadores, dos Ex-alunos, reitor da basílica de Maria Auxiliadora em Turim. Os jovens, que amava apaixonadamente, foram o escopo de sua existência, alegria e sofrimento. Sempre pronto a encontrar-se com eles, a dialogar. Interessou-se pelas vocações leigas e pelos apóstolados sociais. Ledor assíduo, um livro era-lhe um presente muito apreciado. Lutavam em seu interior o desejo de trabalhar e a exigência profunda de contemplação, exigência que muito lhe valeu para compreender a alma juvenil e descobrir soluções cristãs para seus problemas.

P. José Dufour

* em Liège, Bélgica 12-10-1891, † em St Vaast, Bélgica 9-12-1976 aos 85 anos, 66 de profissão e 57 de sacerdócio. Foi diretor por 3 anos.

Dedicou sua longa existência ao bem das almas em diversos setores: professor, diretor, pastoral paroquial, organização da propagação e cuidado dos cooperadores e benfeitores. Como homem salesiano amou sempre os jovens. A última etapa da sua vida foi talvez aos olhos de Deus a mais cheia de frutos, pelo sofrimento da inatividade a que se viu condenado, pela delicadeza que usava com todos a fim de facilitar o trabalho de quem tinha que atendê-lo. Aceitou plenamente a vontade de Deus e foi confortado pela prece e pelas notícias dos Irmãos e da inspetoria pelas quais muito se interessava.

P. João Dzik

* em Zdzarzec, Cracóvia, Polónia 6-12-1888, † em Callao, 10-12-1976 aos 88 anos, 85 de profissão e 56 de sacerdócio.

Após uma viagem pontilhada de aventuras, chega de sua terra ao aspirantado de Ivrea, decidido a seguir a sua vocação. Seu campo de apóstolado será depois o Peru. Após os primeiros anos dedicados

ao magistério, consagrou o resto de sua vida ao apostolado sacerdotal em nossas paróquias. Sempre em estilo salesiano. Grande amor à Congregação e intensa vida de oração — era devotíssimo do santo Rosário — podem ser julgadas as características de uma longa vida dedicada ao bem das almas.

P. Pedro Ferrero

* em Conzano, Assesandria, Itália 8-6-1910, † em Turim, Itália 25-11-1976 aos 66 anos, 50 de profissão e 40 de sacerdócio. Foi diretor por 9 anos e por 6 Mestre de Noviços.

Nascido numa família profundamente cristã, da qual surgiram três vocações religiosas (dois salesianos e uma Filha de Maria Auxiliadora), “trabalhou com Dom Bosco” com grande generosidade nos vários campos de apostolado aos quais o enviou a obediência, tendo particular atenção para com as vocações: diretor de oratório festivo, professor, conselheiro escolar, diretor de aspirantado, mestre de noviços, encarregado das vocações adultas, capelão das Filhas de Maria Auxiliadora, confessor dos jovens. Aparentemente rude e de caráter forte, sabia dominar-se ao ponto de manifestar fineza e grande bondade. Inimigo do sentimentalismo, na vida pessoal e na educação dos jovens, visava ao essencial, feito de virtudes antigas como a precisão, a pontualidade, o dever a qualquer preço, a obediência à regra.

P. Oto Fonseca

* em Catalão, Goiás, Brasil 9-1-1920, † em Goiânia, Brasil 28-12-1976 aos 56 anos, 35 de profissão e 25 de sacerdócio. Foi diretor por 3 anos.

A comunidade, os ex-alunos, os alunos e os numerosos amigos preparavam-se para celebrar o seu jubileu sacerdotal, quando improvavelmente partiu para a eternidade, vitimado por um enfarte cardíaco fulminante. Para ser cada vez mais útil à Congregação, estudava assiduamente. Dias antes da morte diplomava-se em inglês na Universidade Federal de Goiás. Distinguia-se pela piedade, afaabilidade e amor à juventude. Seu programa de vida, “fazer-se tudo para todos”; por isso trabalhava indefessamente no ministério sacerdotal, sobretudo assistindo os enfermos e ajudando os Irmãos. Procurava honrar sempre a Congregação e manter-se atualizado com relação ao magistério da Igreja mediante a leitura atenta dos documentos pontifícios.

P. Florêncio Giacomelli

* em Mathi, Turim, Itália 16-10-1908, † em Córdoba, Argentina 2-12-1976 aos 68 anos, 48 de profissão e 40 de sacerdócio. Foi diretor por 3 anos.

Transcorreu parte notável da sua vida salesiana no Colégio Dom Bosco da cidade de S. Juan, onde, com muita dedicação e senso de responsabilidade, foi professor e Catequista. Mas a principal cátedra do seu apostolado foi o confessionário onde pôs a serviço dos irmãos o dom do conselho, com que o Senhor abundantemente o brindara. Caráter alegre e sem complexos nem complicações em sua vida, sua presença era um verdadeiro valor na vida comunitária. Durante os últimos quatro anos deu-nos o exemplo da serena aceitação da dor.

P. Jesus González Hernández

* em Aldeadávila de la Ribera, Salamanca, Espanha 8-10-1916, † em San Juan de Manapare, Amazonas, Venezuela 1-1-1977 aos 6 anos, 44 de profissão e 34 de sacerdócio. Foi diretor por 3 anos.

Quantos o conheceram lembram a figura característica do conquistador castelhano de um tempo: um tanto rude, volitivo, decidido... Essa ténpera de pioneiro levou-o a fundar missões e a dirigi-las com mão firme, com doação total, com solene gravidade. De envolta com essas qualidades naturais, não lhe faleceram as espirituais do religioso e sacerdote piedoso, apostólico, fiel aos Superiores, aos quais, na sua fortaleza pessoal, deixava sempre a última palavra.

P. Eduardo Gutiérrez

* em Plasencia, Cáceres, Espanha 31-12-1886, † em Shillong, Índia 8-10-1976 aos 89 anos, 70 de profissão e 63 de sacerdócio. Foi diretor por 18 anos e por 4 Mestre de Noviços.

Ordenado sacerdote em 1913, trabalhou com zelo em várias casas até 1929 quando o sonho de trabalhar nas missões fez-se realidade. O P. Gutiérrez era uma pessoa excepcional, um dos maiores filhos de D. Bosco, o patriarca da Índia salesiana, o orgulho e a alegria da Inspetoria de Gauhati. Sua vida pautava-se pela simplicidade evangélica; evitava todo exibicionismo de piedade, popularidade ou sucesso. Calmo e sereno, todos podiam procurá-lo a qualquer momento. E eram consultas sobre problemas de moral, Sagrada Escritura, liturgia, vida espiritual, porque era deveras uma enciclopédia de sabedoria e experiência posta à disposição de todos com respostas concisas e claras. Catequista, diretor ou professor de teologia,

buscava em tudo a vontade de Deus. Dócil e aberto, aceitou sem dificuldade alguma — não obstante seus 80 anos — as mudanças do Vaticano II. Perenemente jovem na aparência, seu espírito tornava-se ainda mais jovem e vibrante com as idéias novas dos tempos. Trabalhou até o fim, ensinando, pregando, escrevendo. Religioso exemplar, praticou em medida extraordinária o espírito de sacrifício e a caridade fraterna. Na última doença sofreu muito, mas sua morte foi serena. Vive agora na lembrança e na afeição das numerosas gerações de salesianos de todas as partes da Índia que passaram por suas mãos no decurso de 47 anos de esplêndido apostolado.

P. Ricardo Hauffen

* em Sackisch, Alemanha 18-1-1899, † em Lohfelden, Alemanha 23-10-1976 aos 77 anos, 53 de profissão e 46 de sacerdócio. Foi diretor por 19 anos.

Após a ordenação sacerdotal — Turim, Basilica de Maria Auxiliadora — aguardavam-no diversos encargos. Prestou fervoroso serviço apostólico como capelão em Munique, catequista em Benediktbeuern e diretor em Berlim, Kassel e Sannerz. Desde 1949 assumiu a responsabilidade da paróquia de Lohfelden, pertencente à nossa sede de Kassel, numa região com genuína característica de “diáspora”. Dedicou cuidados especiais aos profugos, provenientes da Alemanha do Leste. Foi amado por todos os fiéis como incansável sacerdote e apreciado como bom amigo nos contatos humanos. Os Salesianos de sua parte perdem um Irmão sempre alegre, um filho entusiasta de Dom Bosco.

P. Francisco Jagodić

* em Ljubljana, Iugoslávia 9-9-1909, † em Trstenik, Iugoslávia 2-6-1976 aos 66 anos, 42 de profissão e 33 de sacerdócio.

Educador que muito prometia, a asma reduziu-o, logo após a ordenação sacerdotal, a um doente permanente até à morte. Em tais condições soube aceitar a inatividade com serenidade e espírito missionário, oferecendo seu sofrimento pela Congregação.

P. José Kirschner

* em Barzdorf am Rolla, Tchecoslováquia 17-7-1903, † em Neuburg, Donau, Alemanha 4-12-1976 aos 73 anos, 50 de profissão e 44 de sacerdócio.

Aos 19 anos de idade apresentou-se aos Salesianos na casa de Fulpmes, Austria, a fim de começar os estudos e preparar-se para

o sacerdócio. Como neo-professor, em 1926, deixou a pátria, os pais e cinco irmãos, para ser missionário no Peru. Em 1933, em Lima, foi ordenado sacerdote. Trabalhou no Peru e posteriormente na Bolívia como catequista, professor e confessor. Após 42 anos de ausência voltou à pátria para recuperar a saúde. Longa doença obrigou-o a internar-se no hospital, onde o colheu a morte para levá-lo ao prêmio do trabalho e da fidelidade a Dom Bosco.

P. Mateus Knevels

* em Neeroeteren, Limburg, Bélgica 12-9-1908, † em Kortrijk, West-Vlaanderen, Bélgica 13-1-1977 aos 68 anos, 49 de profissão e 41 de sacerdócio.

Confessor muito procurado e apreciado, e não somente pelos alunos. Homem de grande coração, artista da palavra e da melodia, bom salesiano e bom sacerdote, simples e espontâneo no modo de ser, piedoso, sentia-se feliz com os jovens e amava os Irmãos com serenidade de coração, como um bom salesiano. Teve experiências muito duras, mas a velhice não o mudou. Sempre disponível como uma criança. Morreu com grande simplicidade, discretamente, como sempre viveu.

P. Antônio Logar

* em Sujica de Ljubljana, Eslovênia, Jugoslávia 12-10-1888, † em Ljubljana 2-1-1977 aos 88 anos, 68 de profissão e 59 de sacerdócio. Foi diretor por 3 anos.

Foi chamado o “P. Rua esloveno” pela sua serenidade, seriedade e profunda vida espiritual. Um desastre de automóvel atingiu-lhe uma perna em 1933, e isso fê-lo sofrer a vida inteira. Carregou a cruz sem lamentar-se, todo entregue com metódica fidelidade ao trabalho de ecônomo inspetorial, organizador da tipografia salesiana, escritor e tradutor dos livros de espiritualidade salesiana, e confessor pontual no seu confessionário: por mais de 40 anos. Sua pobreza foi de excepcional exemplaridade.

P. Jaime O'Donnell

* em Effia, Limerick, Irlanda 13-9-1904, † em Limerick, Irlanda 5-1-1977 aos 72 anos, 53 de profissão e 43 de sacerdócio. Foi diretor por 20 anos.

Administrador hábil, sensato e prudente na gestão dos negócios, foi por muitos anos diretor em casas da Inglaterra e da Irlanda, sabendo sempre atrair o respeito e a estima de quantos o conhece-

ram. Passou os últimos anos como confessor no estudantado de Maynooth, Irlanda, muito apreciado pelos jovens irmãos pela maneira sábia e paterna com que se adaptou à vida e interesse dos mesmos. Bom salesiano, suportou entrementes com edificante coragem e bom humor os incômodos da doença que por fim o levou ao encontro definitivo com o Divino Mestre.

P. Mário Peronino

* em Carmagnola, Turim, Itália 10-7-1883, † em Turim 10-2-1977 aos 93 anos, 74 de profissão e 65 de sacerdócio.

Diligente, atencioso e generoso nas várias mansões que a obediência lhe confiou. No longo período de inatividade a que o obrigaram as condições de saúde, deu aos Irmãos um exemplo de resignação. Grande parte do seu dia era dedicada à oração. Característica a sua jovialidade, que o acompanhou até os derradeiros instantes.

Cood. Miguel Perotti

* em Caraglio, Cuneo, Itália 19-9-1888, † em Del Valle, Buenos Aires, Argentina 30-11-1976 aos 88 anos e 58 de profissão.

Sua especialidade a agrotécnica, à qual consagrou energias, estudos e trabalhos, praticamente toda a sua vida na Escola Agrotécnica de Del Valle, desde a fundação. Trabalhador incansável, de fé profunda e simples, após o trabalho e a assistência aos meninos, passava horas diante do tabernáculo. Era visto por vezes de joelhos diante da porta fechada da capela, noite adiantada ou alta madrugada. A quem lhe perguntava respondia que se fizera salesiano “para poder rezar mais e ficar mais perto do Senhor”. Após longa vida o Senhor chamou-o ao prêmio reservado ao servo bom e fiel.

P. Maximiliano Schmeing

* em Wanne-Eickel, Westfália, Alemanha 13-1-1900, † em Tréveris, Alemanha 3-12-1976 aos 76 anos, 47 de profissão e 39 de sacerdócio. Foi diretor por 23 anos.

Após haver trabalhado com entusiasmo no Oratório de Essen-Borbeck, passou a dirigir a comunidade de Marienhausen. Aí demonstrou prudência e corajosa firmeza ao enfrentar situações difíceis em que se veio a encontrar a comunidade perseguida e até expulsa pela “Gestapo”. Era ao mesmo tempo encarregado da pastoral paroquial dos fiéis de Ailhausen, que recordam ainda hoje a

inesquecível figura de bom pastor. Nos anos seguintes, aceitou humilde e generosamente os importantes encargos que lhe foram confiados: diretor em Bendorf, Essen-Borbeck, Duisburg, Sannerz, e Mestre de Noviços entre 1959 e 1964. Os Irmãos guardam dele a agradável lembrança do salesiano otimista que sempre foi tal, mesmo durante a grave doença.

Coad. Matias Sluga

* em Monte Capodistria (atualmente Iugoslávia) 15-12-1913, † em Opicina, Trieste, Itália 21-2-1976 aos 62 anos, 25 de profissão.

Aos trinta anos entrou na Congregação, e por outros 30 anos trabalhou como factotum na Inspetoria Vêneta de S. Marcos; o resto de sua vida passou-o na Inspetoria Eslovena na Iugoslávia. Possuía uma cultura eclesiástica e salesiana sólida e convicta. Amou a Dom Bosco de todo o coração e foi-lhe fiel nos mínimos particulares, tanto na piedade como no trabalho diário. Foi também um verdadeiro lutador em defesa da Igreja e da vida religiosa, quando ouvia expressões menos delicadas ou via atitudes um tanto livres.

P. Miguel Solinas

* em Rosario, Santa Fé, Argentina 27-11-1911, † em Roma, Itália 4-2-1977 aos 65 anos, 49 de profissão e 41 de sacerdócio. Foi diretor por 22 anos.

Sua vocação, a primeira entre seus conterrâneos, amadureceu em Santulussurgiu (Sardenha-Itália), lugar onde se originou sua família. Intelectualmente dotado, cultivou a música, a filosofia e a teologia (licenciado pela Gregoriana). Bom conhecedor dos corações, rico de sentido prático e de humorismo, otimista por índole, inclinava-se à confiança, à serenidade. Integérrimo sempre na fé e na salesianidade, soube fazer-se amar, dote que muito lhe valeu no longo serviço de diretor, de formador nos estudantados, de secretário inspetorial, e por fim — na Casa Geral — de secretário no dicastério da Formação. Sua última missão foi o sofrimento, quando no pleno vigor de suas forças, foi acometido por um câncer no estômago, que em breve tempo o prostrou. Soube de seu estado, que aceitou com serenidade e plena confiança em Deus. Quis receber logo o sacramento da Unção dos enfermos, antes do qual fez comovente profissão de fé e de agradecimento a Deus, à Igreja, à Congregação, a Dom Bosco e à Comunidade.

P. Adalberto Straisel

* em Borislavitz, Silésia 13-12-1888, † em Schwandorf, Oberpfalz, Alemanha 20-1-1977 aos 88 anos, 67 de profissão e 60 de sacerdócio.

Havia trabalhado em diversas casas da Áustria e da Alemanha como professor de filosofia, pároco, diretor espiritual, e após a última guerra como professor de órgão em Ensdorf. Ainda pouco antes de morrer acompanhava as missas com competência de mestre. Não obstante a idade avançada demonstrou grande compreensão e interesse pela liturgia renovada. Suas maneiras nobres, alegres, seu bom espírito religioso tornam-no modelo para Irmãos e jovens. Bem preparado para a morte, o Senhor o haverá por certo colocado junto a Dom Bosco no céu.

P. José Tkalec

* em Lendava, Eslovênia, Iugoslávia 9-2-1897, † em Zelimlje, Iugoslávia 11-10-1976 aos 79 anos, 60 de profissão e 51 de sacerdócio. Foi diretor por 18 anos.

Foi um verdadeiro educador segundo o espírito de Dom Bosco, guia espiritual dos jovens e Irmãos, organizador de obras salesianas na Eslovênia e na Croácia, animador dos cooperadores, construtor de duas igrejas salesianas em Zagreb e, em idade já avançada, pastor de almas entre os húngaros de Zrenjanin. No fim da vida, duramente provado, aceitou com serenidade a amputação de uma perna. Uma grande alma, nobre, serena, decidida e ao mesmo tempo sensível às necessidades espirituais dos Irmãos e dos jovens. Educou para a vida salesiana e apostólica gerações inteiras, e acompanhou-as com paterna preocupação.

P. Haroldo von Schweinitz

* em Berlim, Alemanha 27-11-1910, onde † 25-1-1977 aos 66 anos, 42 de profissão e 34 de sacerdócio.

Ordenado sacerdote trabalhou em Munique, onde foi depois diretor do oratório. Grande parte da sua atividade foi dedicada à administração em várias casas. Nas dificuldades que se lhe apresentaram durante a vida, no cumprimento dos seus deveres ou por outros motivos, não perdeu nunca o otimismo e a alegria, o que era um conforto para Irmãos e meninos. O espírito sacerdotal fazia-o viver intensamente a esperança segundo o estilo de São Francisco de Sales e de Dom Bosco.

1.º ELENCO de 1977

- 1 P. ANELLI André † em Chumphon (Tailândia) 1977 aos 65 a.
- 2 P. ANTOINE João Batista † em Celles-les-Tournai (Bélgica) 1976 aos 68 a.
- 3 P. ARCE Filadelfo † em Madri (Espanha) 1976 aos 66 a.
- 4 P. BILLIET Maurício † em Halle, Brabante (Bélgica) 1976 aos 64 a.
- 5 P. BLEACH Haroldo † em Beldford (Inglaterra) 1977 aos 74 a.
- 6 P. BRUSCA Mário † em Macerata (Itália) 1977 aos 69 a.
- 7 P. BUSATO João † em Verona (Itália) 1976 aos 64 a.
- 8 P. DUFOUR José † em St. Vaast (Bélgica) 1976 aos 85 a.
- 9 P. DZIK João † em Callao (Peru) 1976 aos 88 a.
- 10 P. FERRERO Pedro † em Turim (Itália) 1976 aos 66 a.
- 11 P. FONSECA Oto † em Goiânia (Brasil) 1976 aos 56 a.
- 12 P. GIACOMELLI Florêncio † em Córdoba (Argentina) 1976 aos 68 a.
- 13 P. HERNANDEZ Gonzalez Jesus † San Juan de Nanapiare (Venezuela) 1977 aos 60 a.
- 14 P. GUTIERREZ Eduardo † em Shillong (Índia) 1976 aos 89 a.
- 15 P. HAUFFEN Ricardo † Lohfelden (Alemanha) 1976 aos 77 a.
- 16 P. JAGODIC Francisco † em Trstenik (Iugoslávia) 1976 aos 66 a.
- 17 P. KIRSCHNER José † em Neuburg, Donau (Alemanha) 1976 aos 73 a.
- 18 P. KNEVELS Mateus † em Kortrijk, West-Vlaanderen (Bélgica) 1977 aos 68 a.
- 19 P. LOGAR Antônio † em Ljubljana (Iugoslávia) 1977 aos 88 a.
- 20 P. O'DONNELL Jaime † em Limerick (Irlanda) 1977 aos 72 a.
- 21 P. PERONINO Mário † em Turim (Itália) aos 93 a.
- 22 Coad. PEROTTI Miguel † em Del Valle, Buenos Aires (Argentina) 1976 aos 88 a.

- 23 P. SCHMEING Maximiliano † em Trier (Alemanha) 1976 aos 76 a.
- 24 Coad. SLUGA Matias † em Apicina (Trieste-Itália) 1976 aos 62 a.
- 25 P. SOLINAS Miguel † Roma (Itália) 1977 aos 65 a.
- 26 P. STRAISSEL Adalberto † em Schwandorf, Oberpfalz (Alemanha) 1977 aos 88 a.
- 27 P. TKALEC José † em Zelimlje (Iugoslávia) 1976 aos 79 a.
- 28 P. SCHWEINITZ Haroldo von † em Berlim (Alemanha) 1977 aos 66 a.

Composto e impresso nas
ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS
Rua da Mooca, 766 (Mooca)
Fone: 279-1211 — P. A. B. X
Caixa Postal, 30 439
SAO PAULO